

RN/ECONÔMICO

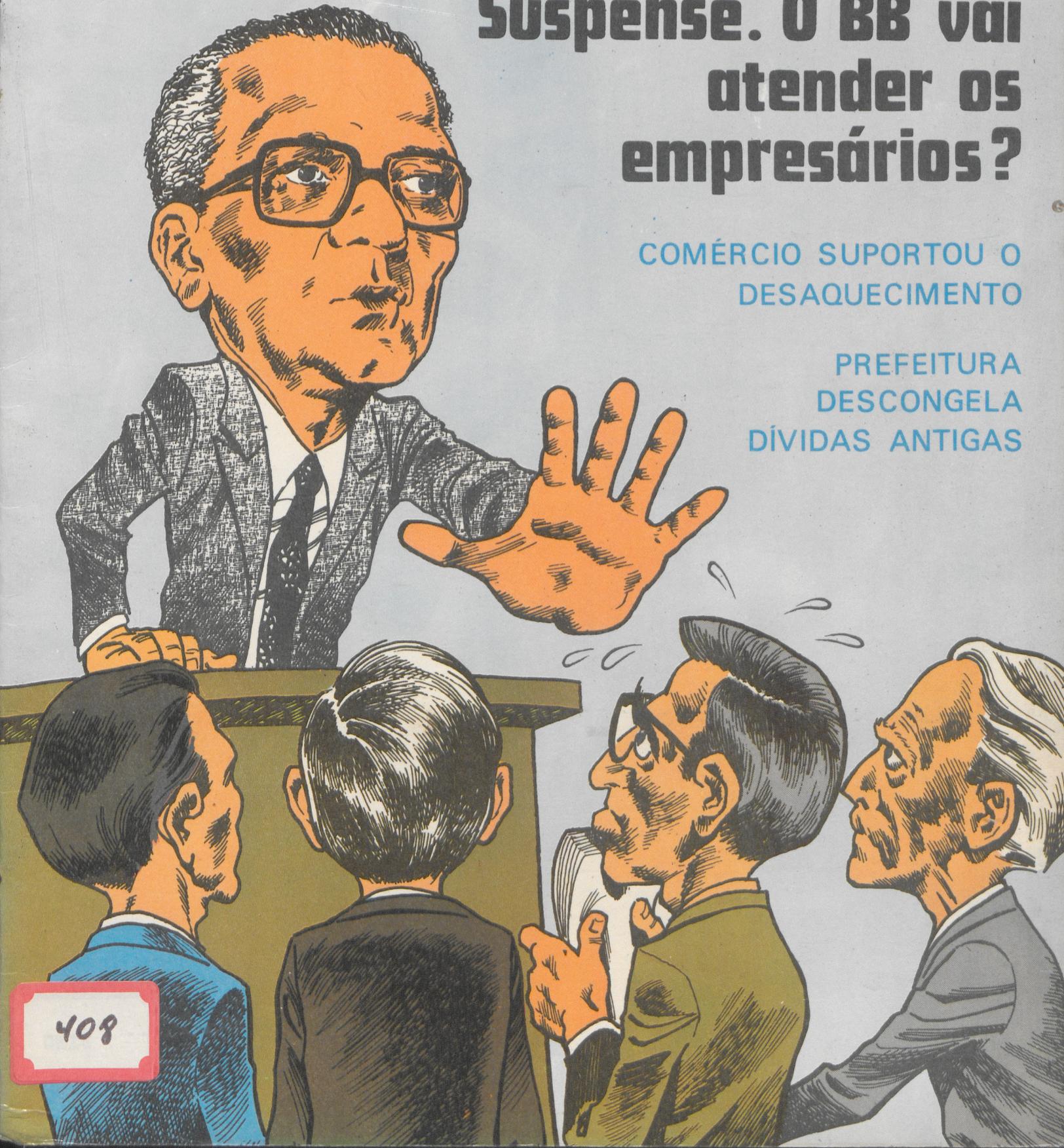
REVISTA MENSAL PARA HOMENS DE NEGÓCIOS

ANO — VIII — Nº 84 — 1977 — Cr\$ 15,00

Suspense. O BB vai atender os empresários?

COMÉRCIO SUPTOROU O
DESAQUECIMENTO

PREFEITURA
DESCONGELA
DÍVIDAS ANTIGAS



408

RIO DE JANEIRO BRASILIA EDUARDO GOMES

Um banco que realmente cresce chega às grandes praças sem, no entanto, esquecer as suas origens.

O nosso Banco é do Rio Grande do Norte até no nome.

Do Rio Grande do Norte para representar os seus interesses fora. Em outras praças.

Do Rio Grande do Norte também ao se fazer presente em todas as regiões do Estado, ajudando o desenvolvimento. Participando do progresso. Financiando a produção. Auxiliando o comércio.

A inauguração, no dia 29 de abril, da décima sexta Agência do BANDERN, em Eduardo Gomes, não é um fato isolado. É item de uma política de crescimento harmônico, cujo objetivo é fazer o BANDERN crescer para o Rio Grande do Norte aparecer.

bandern

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

A RESSACA DA CRISE

As ondas da maré agitada da chamada crise econômica têm chegado inevitavelmente ao Rio Grande do Norte em forma de ressaca. Os seus indicadores são as posições assumidas pelos empresários potiguares que, basicamente, foram transmitidas, em forma de memoriais candentes e bem fundamentados, entregues a um representante qualificado do Banco do Brasil que, além de levá-los para a direção central, ouviu seus autores verbalmente. E, como sempre, prometeu estudos antes das respostas. Pelo tom da reunião, essas respostas não serão satisfatórias exceto, talvez, para a Agricultura. De toda maneira, se o tom geral é de insatisfação, há a registrar, na conjuntura atual da economia do Rio Grande do Norte, pelo menos um fator positivo: comércio já absorveu integralmente o conjunto de medidas determinadas há cerca de um ano pelo Ministro da Fazenda com o intuito de restringir a procura para, assim, desaquecer a economia e debelar a inflação. Não ocorreram as falências e os "estouros" previstos na primeira hora: toda as lojas resistiram e estão aí adaptadas ao novo sistema e com bons — e reais — índices de vendas. Isso não quer dizer, todavia, que existem apertos em muitas áreas. E o sintoma mais significativo dessa situação são justamente as declarações que o tabelião Jairo Procópio se recusou a prestar ao RN-ECONÔMICO, alegando poder haver prejuízo para a economia potiguar notícias pessimistas. Quer dizer: calando, disse tudo.

O EDITOR

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerência Administrativa

Roberto B. Fernandes

Chefe de Redação

Manoel Barbosa

Consultores:

Alcir Vêras da Silva, Alvamar Furtado, Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Domingos Gomes de Lima, Epitácio de Andrade, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Joaquinilson de Paula Rego, João Wilson M. Melo, Jomar Alecrim Manoel Leão Filho, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Severino Ramos Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

Foto: João Garcia de Lucena —

Departamento de Arte: Mival Furtado, Luiz Pinheiro, Fortunato Gonçalves, Dalva Maria Galvão e Sônia Santos — **Composição:** Antônio José Damasceno Barbalho e Vanda Fernandes — **Diagramação:** Fernando Fernandes.

RN-ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN-ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. CGCMF Nº 08286320/000-61 - Endereço: Rua Floriano Peixoto, 559, Natal-RN. Fone: 222-0806. Composição e Impressão EDITORA RN-ECONÔMICO LIMITADA. CGCMF 08423279/0001- Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687, Natal-RN. Fones: 231-1873 e 231-3576. É permitida a reprodução total ou parcial de matérias, desde que seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 15,00. Número atrasado: Cr\$ 18,00. Assinaturas: Anual: Cr\$ 100,00. Para outros Estados: Cr\$ 120,00.

ÍNDICE

POLÍTICA FINANCEIRA	6
EXPORTAÇÕES	12
CRÉDITO	13
ECONOMIA	14
EMPRESA PÚBLICA	16
FINANÇAS PÚBLICA	18
LIQUIDEZ	21
TÊXTIL	23
IMPOSTO	26
EMPRESA	28

SEÇÕES

HOMENS E EMPRESAS	04
DIREITO ECONÔMICO	33
RN-SERVIÇO	34

homens & empresas

GUARARAPES VAI TER UM NOVA LOJA

A Guararapes adquiriu um terreno na esquina da rua João Pessoa com Felipe Camarão, no Centro da cidade, onde vai implantar uma nova loja nos moldes do CIC. Será a primeira filial do Centro de Confeções da Guararapes, cujo sistema de vendas tem alcançado grande sucesso.

“A SERTANEJA” ANTECIPA A CAMPANHA DA PECHINCHA

A Cadeia de lojas de “A Sertaneja” foi a primeira a aderir, por antecipação, à campanha da Pechincha, desencadeada pelo Governo Federal no sentido de estimular o consumidor a barganhar por menores preços. Neste semestre, “A Sertaneja” tem registrado excelentes índices de venda, sem contar o mês de aniversário que, normalmente, é bom.

CHÁCARA VAI ENTREGAR UNIDADES EM OUTUBRO

Foi marcada para 30 de outubro a entrega das unidades já vendidas no edifício “Chácara 402”, segundo informa o chefe do Departamento de Vendas da Construtora A. Gaspar, Sr. Milton Bezerra. Acrescentou que, inicialmente, a previsão era para setembro mas, em consequência de um contrato assinado com Bolshoi Arquitetos Associados para paisagismo, ambientação e urbanização do edifício, ocorreu o adiamento. Disse, ainda, ao RN-ECONÔMICO, que o ritmo de vendas das unidades do “Chácara 402” foi muito bom e “já estamos negociando as reservas técnicas a partir deste mês de outubro”.

BANCO DO NORDESTE APROVA EMPRÉSTIMO PARA A ALCANORTE

O Banco do Nordeste aprovou a concessão de financiamento no montante de Cr\$ 48.763.611,00 para a Álcalis do Rio Grande do Norte S. A. (ALCANORTE), subsidiária da Companhia Nacional de Álcalis. Os recursos originários do Banco Nacional de Habitação (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Polos Econômicos — (Proderpo) e da FINAME serão aplicados na construção de casas para operários da empresa, em Macau, e aquisição de máquinas e equipamentos.

COMPETIÇÃO DE LOJAS PREJUDICA MOVIMENTO

Duas das principais lojas de eletrodomésticos entraram numa competição acirrada e terminaram prejudicando seu movimento em Natal, em agosto. É que as duas desencadearam a promoção “mês de aniversário” no mesmo período, quando uma delas tradicionalmente comemorava sua fundação noutra data. Os observadores do mercado acharam que a estratégia foi errada.

AGÊNCIA DO BB NO ALECRIM AINDA EM 78

Ainda este ano estarão concluídos os trabalhos de construção da agência do Banco do Brasil no Alecrim. O ritmo de obras sofreu atraso e, por isso não se confirmaram as previsões iniciais, que tinham fixado para setembro a inauguração do novo prédio, que será bem amplo e dará condições para uma maior atividades do BB no Alecrim.

RN PRESENTE EM DOIS CERTAMES TURÍSTICOS

O Rio Grande do Norte se fez presente, no mês de setembro, a dois certames turísticos. De 19 a 23, em Porto Alegre, foi o XX Congresso de Hotelaria, do qual participou o presidente da Emprotur, Giovanni Rodrigues; o outro foi o Congresso anual da Associação Brasileira de Agentes de Viagens — ABAV, em Curitiba, que teve a participação do Secretário de Turismo Peri Lamartine, mas na qualidade de agente de viagem, segundo informou ao RN-ECONÔMICO. Enquanto no primeiro congresso a participação do RN constou mais de divulgação do seu potencial turístico, no segundo o Sr. Peri Lamartine limitou-se mais a observar e tirar conclusões das principais questões discutidas, que giraram mais em torno de problemas burocráticos e dos novos mecanismos do turismo nacional.

EMPRESÁRIOS E EXECUTIVOS PARTICIPARAM DE CURSOS

Grande número de empresários do Estado, executivos e dirigentes de empresas de economia mixta participaram, na primeira quinzena de setembro, de um importante curso promovido pelo NAI, com apoio do CEBRAE, sobre Administração de Capital de Giro e Análises de Investimento. O curso teve muita repercussão entre o empresariado potiguar porque os professores que o ministraram são da equipe da Fundação Getúlio Vargas e todos, portanto, de alto nível. Um dos participantes revelou ao RN-ECONÔMICO que iniciativas desse tipo, no momento, merecem todo apoio e compreensão do empresariado do Rio Grande do Norte porque proporcionam atualização com os modernos métodos administrativos.

homens & empresas

APERN FAZ REFORMA EM SUAS INSTALAÇÕES

A APERN está realizando uma série de reformas nas instalações de sua loja da praça João Maria com vistas a um maior conforto para seus clientes. De princípio, a previsão era para inaugurar o serviço de reformas no fim deste trimestre. Contudo, houve um atraso nas obras que só deverão estar concluídas no fim deste ano.

BANORTE DIVULGA O SEU RELATÓRIO ANUAL

O Sistema Financeiro Banorte divulgou este mês o seu Relatório Anual, relativo ao ano de 1976. Trata-se de uma peça muito bem acabada, conforme a tradição do Grupo de sempre apresentar seus resultados financeiros aos acionistas em publicações de muito bom gosto e excelente apresentação gráfica. O Sistema Financeiro Banorte compreende: Banco Nacional do Norte, Banorte Banco de Investimento S.A., Banorte Crédito, Financiamentos e Investimentos S.A., Banorte Crédito Imobiliário S.A., Banorte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banorte Corretora de Seguros S.A. e Banorte Turismo S.A.

TV PIRANGI AINDA ESTÁ SE ESTRUTURANDO

O Grupo da TV Pirangi ainda está em fase de estruturação no que se refere à aquisição de material, dentro da burocracia necessária para a importação de equipamentos sem similar nacional. Ainda não há previsão para a data em que vai entrar em funcionamento. Enquanto isso a TV Globo desencadeia grande ofensiva para conquistar o mercado publicitário do RN.

DUAUTO VAI INAUGURAR O "MERCADÃO DE PEÇAS"

Dentro dos próximos dois meses a Duauto Veículos Ltda. estará dando um novo passo. Segundo informa o seu proprietário, Durval Dantas Álvares, a empresa vai inaugurar, no prédio vizinho às suas atuais instalações da Avenida Presidente Bandeira, um Mercadão de Peças. Ele afirma que o Mercadão, além de peças para carros e tratores de todas as marcas, estará aparelhando para serviços de lavagem, lanternagem e pintura, dispondo do equipamento das melhores marcas.

DICIMA JÁ MARCA SUA PRESENÇA NO MERCADO

Embora só tenha surgido no ramo de venda de material de construção há pouco mais de 18 meses, a Dicima Comercial Ltda. já vem marcando expressivos resultados pelos índices de movimento que tem alcançado. Seu Diretor-Presidente, Eusébio Maia de Souza, informa que, além da comercialização de material de construção, a Dicima também já implantou uma fábrica de artefatos de cimento em geral, localizada na rua Coronel Estevam, Alecrim.



GERENTE DA MERCEDES FEZ VISITA A DIVEMO

O Gerente Regional da Mercedes Benz do Brasil, Sr. Marcos Paraíso (que aparece na foto, ao centro) realizou uma visita a Natal especialmente para conhecer as novas instalações da Divemo na BR-101 e fixar com seus

diretores a data da inauguração oficial, que ficou sendo 12 de outubro.

Na foto ainda aparecem os diretores da Divemo, Srs. Armando Peixoto (à esquerda) e Artur Peixoto (à direita).

Empresários X Banco do Brasil

As boas novas foram para a Agricultura



Na reunião do Diretor Regional do Banco do Brasil com os empresários os apelos do setor agrícola foram encarados com mais simpatia.

Os restantes ficaram na promessa de estudos.

Os maus augúrios de agosto estavam bem delineados nos rostos e nas conversas dos empresários — do comércio e da indústria —, líderes de classe, maquinistas de algodão e Secretários de Estado reunidos no auditório da agência centro do Banco do Brasil em Natal. O fatídico mês estava dobrando a quinzena carregado de maus presságios, ainda sob o impacto do último pacote de medidas determinadas pelo Ministro da Fazenda para desaquecer a economia e executadas pelo Banco do Brasil — justamente a fonte principal onde as empresas do Rio Grande do Norte amenizam sua sede de recursos. Raras vezes tantos homens chaves da economia do Estado — e em setores tão diversos — estiveram reunidos como naquela tarde. O ambiente era tenso e nervoso. Memoriais passavam de mão em mão, trocava-se muitas opiniões — e era densa a nuvem de fumaça azulada proveniente dos cigarros. Havia quase impaciência: do Diretor Regional do Banco do Brasil, Sr. José Danilo Rubens Pereira, fizera anunciar que a reunião com os empresários seria às 15 horas e já eram 16 horas e 40 minutos sem ele ter aparecido. Isso aconteceu cinco minutos depois, quando entrou no auditório discretamente, chamou os demais componentes da Mesa e, com simplicidade, declarou-se disposto a ouvir.

TUDO PARA DIZER — Simples, franco, discreto, quase impessoal — talvez a figura típica do moderno tecnoburocrata — o Sr. José Danilo Rubens Pereira disse, como elemento de introdução:

— Aqui, hoje, não teremos discursos. Eu gostaria que cada um pusesse suas considerações aqui, dizendo tudo o que tem a dizer porque nós estamos aqui para ouvir. A oportunidade representa para nós uma satisfação, pois reunimos aqui os três setores mais representativos da vida econômica do Estado: liderança empresarial, órgãos oficiais do Governo e o Banco do Brasil.

A introdução alongou-se, em considerações a respeito da necessidade do diálogo e foi concluída com a afirmação de que os resultados seriam levados para considerações em Brasília a fim de possibilita-



— Os empresários ouviram atentamente as exposições.

rem uma segunda reunião “como a que estamos realizando agora”. O rosário começou a ser desfiado por José Dantas, do Bandern, que funcionou como uma espécie de mediador. Dantas usou tintas sóbrias para pintar o quadro atual da economia do Rio Grande do Norte e usou palavras objetivas para falar sobre a “séria crise, a começar pelo algodão, atingindo a agricultura em geral, diretamente pelas restrições do crédito e indiretamente aos setores ligados a ela”.

— Assim — prosseguiu com firmeza — no momento da vinda do diretor Regional do Banco do Brasil é a hora de falarmos, de reivindicarmos a ajuda que necessitam os setores econômicos do Rio Grande do Norte porque, descapitalizado com é o Estado, fica difícil para nós lutarmos sozinhos, fazermos algo sozinhos.

O termo “sozinho”, a gravidade de José Dantas — talvez o clima psicológico de agosto — de alguma forma parecem ter influído no ânimo e na disposição do Presidente da Federação de Comércio, Sr. Reginaldo Teófilo que, como representante dos empresários potiguares, carregou mais na ironia do que na contundência ao expor a situação e reivindicar. Dava também a impressão de descrença.

— Na verdade — disse o Sr. Reginaldo Teófilo, com indisfarçável ironia — estamos aqui para ouvir mais do que para falar, porque as dificuldades da economia do Estado são mais do que conhecidas. E sabemos também do inte-

resse do Banco do Brasil em resolver nossos problemas.

Como se estivesse a repetir pedidos antigos, e por isso mesmo cansativos, o presidente da Federação do Comércio primeiro revelou compreender a necessidade da aplicação de medidas anti-inflacionárias para, em seguida, dizer:

— Porém, se algumas regiões suportam melhor este fato, como a Centro-Sul, outras sofrem tais implicações com o agravamento da situação social.

AS REIVINDICAÇÕES — Então o Sr. Reginaldo Teófilo passou a abordar o conteúdo do memorial dos empresários assinado por ele próprio, pelo presidente da Federação das Indústrias, Sr. Ronald Gurgel, pelo presidente da Federação das Associações Comerciais, Sr. João Olímpio Filho e pelo presidente da Federação dos Diretores Lojistas, Sr. Airton Costa. Na medida em que o memorial ia sendo lido, o Diretor do Banco do Brasil ia fazendo anotações. As reivindicações iam se sucedendo pela voz do líder classista: aumento dos limites cadastrais das empresas de modo a emprestar mais apoio às atividades industriais e comerciais da praça, o acolhimento de títulos para descontos independentes de análise cadastral ou condicionada à liquidez do sacado, desde que o sacado responda normalmente pela cobertura mediante débito em conta e o elasticimento dos prazos para o banco. O memorial foi lido pacientemente

e quase se podia ouvir a caneta do Sr. José Danilo Rubens arranhando o papel com que anotava certos trechos. Muita gente naquele auditório não conseguia compreender exatamente porque, tendo à disposição a íntegra do memorial para uma análise demorada, o representante do Banco do Brasil preferia fazer aquelas anotações diante de uma exposição oral.

A compreensão veio depois: como técnico, ele absorvia as razões contrárias para poder refutá-las. Aliás, não só ele. O Diretor da agência do BB em Natal também estava fazendo suas anotações, pois refutou alguns tópicos do memorial, especialmente quanto à alegada falta de aviso após o prazo de 10 dias para debitar títulos. Em alguns momentos houve uma certa agressividade nas respostas.

Enquanto o Sr. Reginaldo Teófilo concluía a leitura do memorial, um outro, o dos maquinistas, já se agitava nas mãos do Sr. Getúlio Nóbrega, que o entregou logo depois ao representante do Banco do Brasil. Os maquinistas pediram, basicamente, crédito mais flexível através dos diversos instrumentos

do Banco do Brasil e, no arrazoado, destacaram a vocação algodoeira do Rio Grande do Norte — principalmente como o maior produtor de algodão fibra longa do Nordeste — para enfatizar que “qualquer impacto sobre essa cultura projeta-se negativamente na economia de base agrícola, com repercussão nos demais setores”. A certa altura, diz o memorial dos maquinistas:

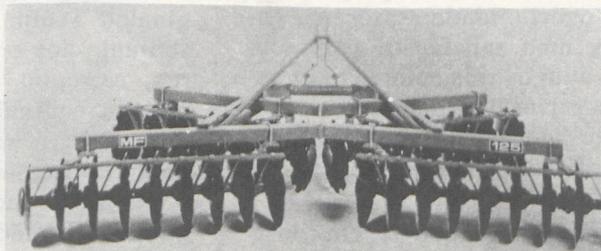
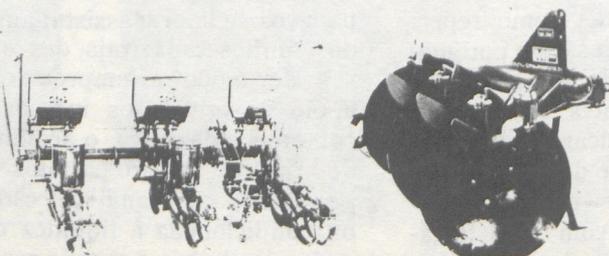
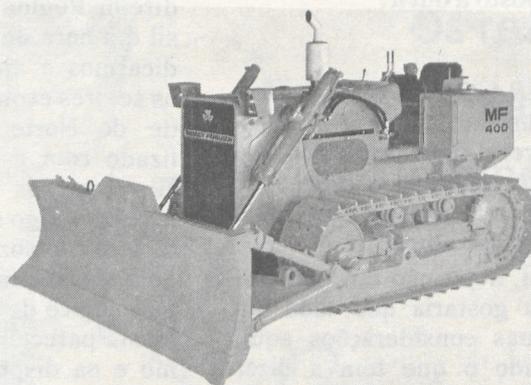
— O crédito é, portanto, o elemento propulsor para a atividade industrial dos subscritores, ou seja, beneficiadores do algodão.

A FALA DE TODOS — A partir daí as falas se cruzaram. Cada setor tratou de aproveitar a oportunidade. Contudo quase todas as intervenções giravam, de um modo ou de outro, em torno do memorial lido pelo Sr. Reginaldo Teófilo, reforçando esta ou aquela reivindicação. Os Secretários da Fazenda e da Indústria e Comércio — Artur Nunes de Oliveira e Benivaldo Azevedo — também entrevistaram: o primeiro respaldou os argumentos dos empresários e o segundo abordando o problema do sisal, enfatizando a necessidade de

restaurar os financiamentos para restaurar os campos de plantação, em face da qualidade do sisal do Rio Grande do Norte. O Sr. Benivaldo Azevedo focalizou, também, a necessidade de dimensionar a produção do sisal no Estado vez que a produção atual — em torno de 12 a 13 mil toneladas — está equivalendo apenas às necessidades industriais básicas. Justificou o pedido para estimular novos campos com a necessidade de compensar a perda de produtividade dos campos antigos. O Secretário da Indústria e Comércio estendeu-se também sobre o assunto algodão e ainda abordou as perspectivas da cana-de-açúcar no Rio Grande do Norte, tendo em vista a produção de álcool carburante. A sua intervenção procurou ser a mais abrangente possível, incluindo os programas da agro-indústria, metalurgia, petroquímica, sempre interrelacionados com o aspecto social.

A problemática do sisal também foi enfocada pelo Sr. Dantas Guedes, um dos mais tradicionais empresários do setor e que, com a sua postura tranquila, a sua voz pausada, pôde apresentar um quadro

COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE
FILIAL: Rua Alfredo Fernandes, 4
MOSSORÓ — RN

realista da situação no setor.

A AGRICULTURA — Quem mais, porém, jogou objetividade contra objetividade foi o Secretário de Agricultura, Sr. Moacyr Duarte. Um tanto pela semelhança de personalidade com o técnico do Banco do Brasil, um tanto pela segurança com que apresentava a situação da agricultura e da pecuária do Estado e muito pela delicadeza e vulnerabilidade do setor — o que parece ter mais sensibilizado o Sr. José Danilo Rubens Ferreira. Foi, de fato, em relação à agricultura e seus pleitos que o Diretor do Banco do Brasil se mostrou mais sensível. Seu bloco de notas foi mais abastecido de anotações, seu semblante pareceu mais absorto e menos predisposto a contestar. De início, o Secretário de Agricultura falou de maneira quase inaudível, como se, de propósito, pretendesse ir criando um processo crescente, montando seu raciocínio com paciência, frase sobre frase, argumento sobre argumento — todos sólidos. A impassividade do Sr. Danilo, aquela altura, não significava mais defesa. Pela primeira vez deu a impressão de ser um ouvinte essencialmente interessado em constatar necessidades e, a esta altura, a situação era diametralmente inversa a verificada quando da exposição do Sr. Reginaldo Teófilo.

É possível que a experiência e o conhecimento da tribuna que o Secretário da Agricultura tem, tenham se constituído em elementos lúdicos. O quase-silêncio, as pausas, o baixo tom do início de sua exposição fizeram o auditório apurar os ouvidos e relaxar na atenção. Contudo, o Sr. Moacyr Duarte ia tocando com precisão os pontos mais delicados, automaticamente conhecidos de todos — principalmente do pessoal do BB. Em singelas pinceladas ele ia compondo um quadro compartimentado em limites precisos, lógicos — basicamente lógicos. O nervosismo expectante e emocional do auditório comprimiu-se num silêncio algo respeitoso. O Secretário Moacyr Duarte começou a obter mais efeito de suas palavras quando manifestou estranheza com o fato de terem sido os grandes programas agrícolas justamente os que sofreram as restrições mais fortes.



— Ao falar, o Diretor do BB consultava as suas anotações.

Foi lógico, perfeitamente lógico. Traçou paradoxos facilmente constatáveis e apresentou exemplos contraditórios como o da suspensão de determinados financiamentos para a comercialização.

Foi como pôr em xeque o oponente no xadrez. Depois de expor um quadro convincente dos impasses do setor agrícola, Moacyr Duarte foi quase patético ao situar os paradoxos e, através deles, estabelecer as necessidades.

O Sr. Moacyr Duarte pediu ao representante do Banco do Brasil que verificasse a possibilidade de reativar as linhas de crédito anteriormente sustadas e chegou a manifestar surpresa pela medida “devido às condições particulares da Região”. Apontou programas como o de insumo como indispensável para o Nordeste já tradicionalmente carente de tecnologia agrícola e traduziu em palavras candentes toda a sua preocupação com a suspensão dos programas de melhoramento genético e povoamento dos rebanhos — tradicionalmente executados através de exposições e feiras. Abordou também o problema de novas áreas para o cultivo do sisal.

O REFORÇO — O Sr. José Danilo Rubens demonstrou ter ficado im-

pressionado com o relato e apelos do Secretário de Agricultura. Porém não era tudo. Logo a seguir outro especialista em problemas agrícolas do Estado ia completar o impacto. O Sr. Geraldo Bezerra, como representante do Ministério da Agricultura, tocou em vários pontos delicados. Um deles foi a possibilidade de substituir o binômio algodão-gado pelo gado-sorgo. Segundo o Sr. Geraldo Bezerra, o sorgo tem plenas condições de substituir o algodão nas áreas cansadas, especialmente nas pastagens de pós-colheita. No seu raciocínio, o sorgo-gado seria implantado nas áreas exaustas para o algodão e, referindo-se a experiências já feitas no Estado, revelou que o sorgo pode apresentar a produção de até dois mil grãos por hectare. Houve, ainda, uma rápida intervenção do representante da Emater — que justificou o não atendimento de pedidos para a instalação de mais escritórios daquele órgão porque no período de entressafra o pessoal ficava sem ocupação — antes de, finalmente, o Sr. José Danilo Rubens respirar um pouco, repousar a caneta com que fazia as anotações e deixar a condição de ouvinte.

AS RESPOSTAS — “Pelo que estou observando — começou di-

zendo o Diretor do Banco do Brasil — nós vamos sair daqui mais devedores do que credores”. Da platéia, o Sr. Reginaldo Teófilo respondeu imediatamente:

— Era isto o que eu esperava. A risadagem foi geral no auditório. Danilo Rubens, porém, não perdeu o prumo nem o fio do seu raciocínio. Continuou, alternando o foco de sua vista entre as anotações e o auditório:

— Vamos ver as coisas de uma maneira correta: nem com pessimismo que desalenta nem com otimismo exagerado. Impassível, em nada parecendo afetado pelos ecos das risadas, continuou:

— O Conselho Monetário, em relação a contenção do crédito, foi muito mais duro do que se conhece. Foi dirigido para um sistema de seletividade, concentrando-se em setores mais carentes.

O tom geral de suas palavras e das informações foi bastante conciliador no que se referiu à agricultura do Nordeste. Considerou, mesmo, a Região privilegiada no pacote de contenções e anúncios de liberação — exclusiva para o Nordeste — de vários programas de estímulo aos insumos modernos. Sempre no mesmo ritmo, foi alinhando boas novas para a agricultura do Estado como a participação do BB nas feiras e exposições — conquanto os programas de financiamentos de gado não fossem reativados logo e a disposição geral de acatar as reivindicações. De outro lado, prometeu atenção especial aos empresários para a questão do limite cadastral e que os Fixos Rotativos voltariam a ser aplicados nos Estados — o “que é um privilégio do Rio Grande do Norte.”

No geral, deu a resposta típica do técnico: haveria estudo pormenorizado de todas as reivindicações para que as respostas finais fossem dadas.

E a reunião foi encerrada.

No final, entre os murmúrios e comentários, quem se mostrava mais satisfeito e risonho — muito ao contrário do seu costume — era o Secretário de Agricultura, Moacyr Duarte. Percebeu que conseguira sensibilizar mais o técnico do que os empresários e esperava bons resultados da próxima reunião” anunciada pelo diretor do Banco do Brasil.



Cat 966 C.
3 metros cúbicos
de uma caçambada só.

À rapidez de ciclo, a Cat 966C junta a grande capacidade da caçamba: 3,06 m³, que lhe permite carregar qualquer basculante com poucas caçambadas.

Sua alta produtividade está relacionada com a articulação central, que permite raios de giro curtíssimos, e com sua longa distância entre-eixos, que proporciona maior estabilidade.

Largamente utilizada em construção, mineração e na indústria em geral, a 966C se destaca pela alta produtividade, facilidade de transporte e elevado valor de revenda.



Cat 930.
Menor tempo
de ciclo.
Tempo é
dinheiro.

Com sua caçamba de 1,72 m³, a Cat 930 apresenta, como principais características, sua extrema manobrabilidade e facilidade de operação em espaços reduzidos. É uma máquina para qualquer trabalho, devido à sua versatilidade. E, também, é a única na sua classe com motor, transmissão e eixos especialmente projetados.

A 966 C e a 930 são fabricadas no Brasil. E amparadas pelo Cat Plus, o superatendimento do futuro, já disponível hoje nos Revendedores Caterpillar.

Cat 966 C e 930
são muito
mais máquina.

CATERPILLAR
Caterpillar, Cat e  são marcas de Caterpillar Tractor Co.



marcosa s.a.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

NATAL - R. G. do Norte
Trav. das Donzelas, 311

J. PESSOA - Paraíba
BR - 101, n.º 235

FORTALEZA - Ceará
Rua Castro e Silva, 204/8



CAFÉ SÃO LUIZ HÁ 40 ANOS CEM PORCENTO PURO

4 GERAÇÕES QUE SE SUCEDEM



Industrial Sr. LUIZ EUGÊNIO FERREIRA VEIGA FILHO, Economista Dr. ROBERTO LUIZ VEIGA Pré-Universitário LUCIANO JOSÉ VEIGA FERNANDES e ANDRÉ LUIZ, respectivamente pai, filho, neto e bisneto.

NOSSA VIDA, NOSSA HISTÓRIA



Nascemos na Av. Rio Branco, 579, precisamente a 28 de outubro de 1937. Ao iniciarmos nossas atividades, existiam mais 6 torrefações, sendo que, nenhuma delas concorreriam conosco porque: nossa preocupação inicial era oferecer ao público consumidor, um café realmente puro e livre de qualquer impureza, enquanto eles se preocupavam mais - segundo as antigas técnicas empíricas e rotineiras - em obter:

- a cor preta da Infusão
- o rendimento ilusório.



Para obtermos o que pretendíamos, tivemos que instalar um torrador alemão, ainda não fabricado no Brasil, que torrava o café pelo sistema de "aquecimento indireto", o que se chama hoje AR QUENTE.

Nosso torrador, provido de dispositivo de sucção, que retirava todas as impurezas como: grãos artidos, pequenas pedras, pelúcias, paús, etc., nos dava condições de entregar ao público, aquilo que mais desejávamos.

COMO SURTIU O "SLOGAN" 100% PURO



Torrando o café à vista do freguês, com toda a higiene e dentro da mais alta técnica, trouxemos assim, para todo o RIO GRANDE DO NORTE, um café 100% PURO, proporcionando-lhe o prazer de uma bebida saborosa, aromática, estimulante e tônica.

BEM SERVIR PARA BEM MERECE



Ao completarmos 11 anos de vida, mudamos para a Rua General Glicério nº 224 - onde ainda estamos - já firmados e vitoriosos pelo nosso trabalho diário de honestidade, esforço e dignidade, em esclarecer, instruir e educar o público consumidor, através da propaganda honesta, partindo para os esclarecimentos como:

- a) NÃO SE JULGA O CAFÉ PELA COR PRETA, MAS, PELO PALADAR.

Ora, para que o café produza uma bebida preta, é preciso torr-lo com açúcar, geralmente açúcar bruto, que é uma adulteração que prejudica o seu aroma e sabor. Somente o café bem torrado e puro pode produzir a verdadeira bebida saborosa, aromática, isto é: "Café cor de Café", rico em propriedades nutritivas, estimulantes e tônicas.

- b) - Defenda a sua saúde!
- c) - Seja coerente!

POSTO DE DEGUSTAÇÃO



Somos pioneiros também, no atendimento do "Cafezinho".

Até hoje, somos os únicos servindo à cidade com um POSTO DE DEGUSTAÇÃO, porque achamos que o êxito de uma Indústria e a reputação de um produto, não deve visar exclusivamente o lucro do negócio, mas, também, o critério e o ideal de bem servir.

EMBALAGENS PARA GROSSISTAS E CONSUMIDORES:



Para um melhor atendimento aos nossos clientes, nosso café é distribuído em embalagens diversas, para as mais variadas opções. Assim, empacotamos em 5 e 1 quilo, além de 500, 250 e 100 gramas.

BEBA SAÚDE, BEBENDO CAFÉ
SÃO LUIZ 100% PURO.



1937 * 1977

LUIZ VEIGA & CIA LTDA.

café São Luiz
100% puro

Falhou a previsão dos 100 milhões de dólares

Ao contrário do que previu a Promoexport o RN EXPORTARÁ ESTE ANO DE 50 a 60 milhões de dólares em mercadorias. No ano passado não chegou aos 20 milhões.

A meta — anunciada no início do ano pela Promoexport — era de 100 milhões de dólares para a pauta de exportações do Rio Grande do Norte em 1977. Mas, agora, na altura do fim do terceiro trimestre, os números indicam outra realidade e a previsão ficou praticamente na metade. Ou seja: o total das exportações deverá ficar em torno de 50 milhões de dólares ou, no máximo, 60 milhões. De qualquer forma, uma vitória. Porque, no ano passado, o balanço das vendas de produtos potiguares para o mercado exterior apontou 18 milhões de dólares e o ritmo de 1977 foi de tal maneira superior que já em junho o incremento foi da ordem de 56 por cento em relação ao mesmo período do ano passado.

OTIMISMOS EXAGERADO — Breno Fernandes, Coordenador da Promoexport-RN, reconhece que a sua previsão de 100 milhões de dólares “foi realmente exagerada em seu otimismo”.

— Contudo — acentua ele, não se deixando abater — tenho quase certeza de que o Rio Grande do Norte chegará a essa meta daqui, no máximo, a dois anos.

E a confiança de Breno repousa numa equação que ele vem fazendo há algum tempo. Sistemáticamente, vem repisando a tese de que os números da pauta de exportação do Rio Grande do Norte não são mais expressivos porque muitas firmas exportadoras persistem preenchendo as guias de exportação na Cacex do Recife, onde seus escritórios ultimam a saída das mercadorias.

— Por isso — reforça — o Rio Grande do Norte ainda não teve computado todo o montante real de sua exportação e os outros Estados ficam com esses números só porque apresentam mais guais preenchidas.

O NOVOS PRODUTOS — As esperanças e a confiança no ritmo ascendente das exportações do Estado nos próximos dois anos não se limitam apenas a uma mudança de mentalidade das empresas no preenchimento das guias. A Promoexport e seus técnicos aguardam com ansiedade a entrada em funcionamento de novas indústrias exportadoras e, ao mesmo tempo, o aumento da produção de fábricas que já estão em funcionamento. Breno Fernandes cita os casos da Salha (óleo vegetal), dos produtos curúrgicos e absorventes, do côco “in natura” — através da Dantas Comércio Ltda. e que já tem vários negócios entabulados no mercado internacional —, da fibra do côco prensada, da sheelita sintética, das confecções e, sobretudo, quando o Estado dispor dos subprodutos da barrilha. O Coordenador da Promoexport acredita, principalmente, na intensificação da indústria de confecções por causa da entrada em funcionamento, a todo vapor, em breve, da Sperb, o que, segundo entende, proporcionará fatura da tecidos para as indústrias potiguares.

Breno Fernandes faz fé no potencial de todos esses produtos no mercado internacional e faz referência especial a fibra de côco pren-

sada pela qual vários países têm demonstrado grande interesse e é um produto praticamente inexplorado em termos de exportação.

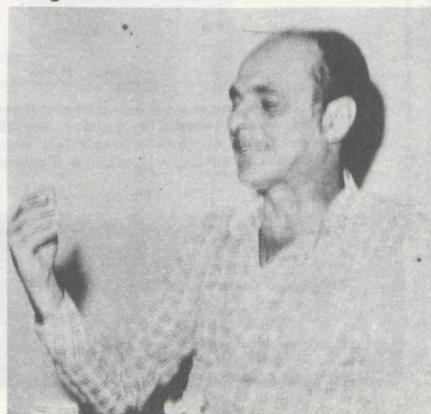
FUTURO IRREVERSÍVEL — A Promoexport, com base nas suas tabulações e interpretações cotidianas dos dados e tendências das vendas do Rio Grande do Norte no mercado internacional nos últimos anos, acha que o futuro das exportações é irreversível.

— Disso — garante Breno Fernandes — não tenho a menor dúvida.

E os fatos estão à favor de suas previsões. Mesmo a não concretização de suas entusiasmadas previsões do início do ano — os 100 milhões de dólares de vendas em 1977 — é, de certo modo, um reforço de sua expectativa.

Há a quase triplicação de um movimento anual. E esse avanço se verificou em razão de aumentos quantitativos do volume da exportação e, também, qualitativos, pois a pauta começa a apresentar um índice bastante razoável de produtos manufaturados e semimanufaturados. Na viagem que realizou a Colônia, Alemanha, no fim do mês de agosto, Breno Fernandes levou amostras de vários produtos do Rio Grande do Norte e manteve contatos com empresários não só daquele país como de outros da Europa com a finalidade de estreitar os entendimentos entre vários setores e, assim, propiciar mais negócios das firmas do Estado no comércio internacional. Ele continua acreditando na meta dos 100 milhões de dólares por ano de vendas ao exterior.

Breno Fernandes: previsão otimista exagerada.



Comércio vê vantagens nos prazos menores

Um ano depois da vigência dos novos prazos para o crédito ao consumidor o comércio de Natal já passou da fase de apreensão para a de aceitação da medida.

Um ano depois das medidas que restringiram o crédito ao consumidor — com a redução dos prazos de 36 para, no máximo, 24 meses nos financiamentos de bens de consumo — o comércio de Natal que, no princípio, apavorou-se e chegou a fazer prognósticos fatalistas, já absorveu inteiramente o método. Mais: a experiência desses meses provou que era, realmente, artificial, o desvario das vendas com base em longos prazos e pequenas prestações. Na época da implantação das medidas chegaram a circular rumores sobre as consequências para várias lojas importantes e, no frenesi dos boatos e da expectativa, dizia-se que esta ou aquela loja não iria suportar porque tinha sua vendas baseadas principalmente nos financiamentos a longo prazo e não tinha condições de “ban-car” os 12 meses ou menos para as vendas inferiores a 2.500 cruzeiros. Nenhum desses prognósticos se confirmou, nenhuma das lojas citadas (ou não citadas) nas entrelinhas dos comentários faliu e, pelo contrário, estão aí vigorosas disputando as fatias do mercado natalenses.

OS BENEFÍCIOS — Zildamir Soares, de “A Sertaneja”, por exemplo, aponta um dos benefícios que ele julga fundamental para o comércio de Natal, surgido após as realidades dos novos prazos.

— A consequência principal — disse ele ao RN-ECONÔMICO —



Zildamir Soares: prazos curtos seleciona clientes.

foi a seleção natural provocada pela medida. Isto é: os novos prazos forçaram a seleção dos compradores pois nem todos os clientes anteriores tinham condições reais de comprar certos objetos.

No entendimento de Zildamir — um dos observadores mais argutos das tendências do comércio natalense — o afastamento de uma parcela dos compradores antigos por falta de reais condições financeiras resultou numa espécie de “peneira”, sobrando o grupo de clientes conscientes e não compulsivos. Muita gente, no raciocínio de Zildamir, deixava-se fascinar pelos pra-

zos e planos mirabolantes, esquecendo-se que as facilidades anunciadas para o consumidor não significavam tolerância com as inadimplentes. Ou — numa imagem mais rasteira — não queriam dizer que as mercadorias seriam dadas. E isso, de certo modo, é quase o que dava a entender o chamamento publicitário de cunho altamente paternalista, que sempre dava ênfase exagerada às facilidades tanto para a primeira prestação como para a última a ponto de criar uma certa irresponsabilidade inconsciente no consumidor.

É ainda Zildamir Soares quem cita um argumento convincente para provar o seu raciocínio:

— Segundo as estatísticas, cerca de 90 por cento dos clientes das vendas a prazo fichados no Serviço de Proteção ao Crédito eram da faixa dos 36 meses.

Isso quer dizer, por outro lado, que as lojas, em lugar da crise anunciada, passaram a desfrutar de uma situação até mais cômoda no que se refere à rotatividade do dinheiro.

— Ganha-se menos — disse um lojista ao RN-ECONÔMICO — mas se vende mais. De certo modo, isso significa que, afinal de contas, termina se ganhando mais também porque o dinheiro entra mais depressa.

E essa explicação tem uma comprovação bastante elementar: os preços mais reais das mercadorias, as prestações em prazos menores, implicam, paradoxalmente, numa quantidade menor de compromissos do cliente. Consequentemente, a loja pode efetuar mais vendas a um núcleo menor de clientes selecionados. Quem passava 36 meses comprometido com vários planos não podia, obviamente, fazer novas compras por esse período, a não ser complicando-se além do seu orçamento. Agora, pelo menos teoricamente, em compras no estilo

1x5 o cliente pode realizar duas por ano. Isso permite também uma redução substancial nos preços das vendas em geral e ainda estimula as lojas a campanhas mais agressivas já não na base do "compre agora e pague..." mas através de redução efetivas. Um exemplo evidente é a proliferação, ultimamente, nas vitrines das lojas de Natal de plaquetas encimando geladeiras, televisores e móveis acenando com diferenças de preços para as vendas à vista e nos prazos menores, o que é uma radical inversão da filosofia do comércio lojista de há pouco mais de um ano, quando vigorava o prazo de 36 meses.

VOCÊ É NOSSO ASSINANTE E VAI MUDAR DE ENDEREÇO?

Use o cupom abaixo para nos comunicar sobre qualquer alteração.

NOME:

NOVO ENDEREÇO:

TELEFONE:

CIDADE:

ESTADO: CEP:

RN—ECONÔMICO

Rua Floriano Peixoto, 559
Caixa Postal, 584 — Natal —
Rio Grande do Norte

As perguntas que Langoni recusou

Uma das atuais estrelas dos atuais economistas brasileiros achou muito difíceis duas simples perguntas do RN-ECONÔMICO.

Carlos Langoni, um dos papas da nova geração de economistas brasileiros, luminar dos cérebros da Fundação Getúlio Vargas, presença obrigatória em todo simpósio ou ciclo de conferências sobre a atual conjuntura econômica do país, olhou para as perguntas que o repórter do RN-ECONÔMICO lhe apresentou, depois de uma paciente e obstinada espera de quase três horas. Durante toda a noite o técnico participara de uma reunião no auditório do SESC, como um dos convidados especiais da reunião preparatória da VI Ceplap. Desde cedo o repórter manifestara ao Sr Carlos Langoni o seu propósito de entrevistá-lo. A alegação foi de que só "quando houvesse tempo, pois é preciso tempo para responder certas perguntas". Como Langoni parece ter na ponta da língua as respostas para as principais questões econômicas do Brasil na atualidade, pelo menos com referência a certos temas básicos, o repórter decidiu não perder a oportunidade e armou-se de toda paciência. Já faltando pouco para meia-noite, quando os participantes da reunião começavam a se dispersar, aproximou-se do economista e cobrou-lhe a promessa, com o questionário preparado pela editoria do RN-ECONÔMICO na mão.

AS RESPOSTAS NEGADAS — O diálogo entre o repórter obstinado e

o economista algo impaciente e apressado foi o seguinte:

LANGONI — O que é que tem aí?

REPÓRTER — Algumas perguntas rápidas.

LANGONI — Leia então.

REPORTER — A primeira é a seguinte: "os mecanismos dos incentivos fiscais têm beneficiado mais as grandes empresas do sul? Se têm, qual a razão? Se não têm, explicar também porque".

LANGONI — Bem... Esse tipo de pergunta eu não posso responder assim, sem mais tempo para raciocinar. É um tema difícil. Qual a outra?

REPÓRTER — É sobre a questão das medidas em torno da economia nordestina e ...

LANGONI — Você vai desculpando, meu rapaz. Mas estou apressado. Tenho de pegar logo o avião...

E afastou-se o mais rapidamente possível, sem dar tempo ao repórter para passar a terceira pergunta. Ainda foi seguido por alguns metros, com a insistência do profissional, mas não deu mais ouvidos a nenhuma pergunta. Parecia absorvido em profundas equações. Ou intrigado com as perguntas?

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - B.D.R.N.

CARTA PATENTE — 1-338
C.G.C. M.F. — 08328247
AV. FLORIANO PEIXOTO N. 550 - NATAL - RN

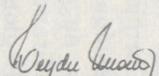
BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1977

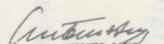
ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL 11.431.380,49	NÃO EXIGÍVEL
REALIZÁVEL	Capital..... 49.700.000,00
Empréstimos e Financiamentos	Reserva Para Aumento de Capital..... 1.276.828,00
A Governos..... 65.320.907,63	Fundo de Reserva Legal..... 747.098,51
A Sociedades de Economia Mista.. 91.033.070,62	Fundo de Amortização de Imóveis:
Ao Setor Primário Privado..... 1.473.085,91	Móveis e Utensílios..... 657.934,72
Ao Setor Secundário Privado..... 232.070.059,37	Fundos de Reservas Especiais..... 30.133.135,86
Ao Setor Terciário Privado..... 28.471.837,71	82.514.997,09
Outras Aplicações	EXIGÍVEL
Títulos e Créditos a Receber..... 18.521.711,70	Depósitos
Outros Créditos	Outros..... 11.126.211,32
Créditos em Liquidação..... 3.445.994,98	Outras Exigibilidades
Outros..... 9.391.684,84	Credores Diversos — País..... 5.022.698,12
Valores e Bens	Obrigações Especiais
Outros Valores..... 29.272.624,50	Banco Central — Empréstimos 14.400.000,00
Bens..... 174.544,60	Fundos Financeiros e de Desen-
IMOBILIZADO	volvimento..... 4.002.712,67
Imóveis de Uso e em Construção..... 3.316.405,85	Obrigações Contraídas Com Insti-
Móveis, Utensílios e Almoarifado 1.629.268,47	tuições Oficiais..... 369.885.492,65
Mecanização Avançada, Comunicação	Imposto Sobre Operações Finan-
e Segurança..... 246.252,43	ceiras..... 182.370,19
	Outras..... 5.038.862,00
RESULTADO PENDENTE 47.504,97	RESULTADO PENDENTE 3.672.990,03
CONTAS DE COMPENSAÇÃO 586.440.631,23	CONTAS DE COMPENSAÇÃO 586.440.631,23
1.082.286.965,30	1.082.286.965,30

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE JUNHO DE 1977

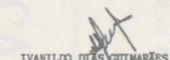
DÉBITO	CRÉDITO
DESPESAS	RECEITAS
Despesas Financeiras Operacionais..... 7.450.996,60	Receitas Financeiras Operacionais..... 17.606.728,91
Despesas Administrativas..... 5.807.472,91	Receitas e Lucros Diversos..... 346.113,79
Outras Perdas..... 597.144,80	17.952.842,70
PROVISÕES	
Reserva Para Manutenção de Capital de Giro Próprio. 1.000.000,00	
Reserva Para Crédito de Dificil Liquidação..... 200.000,00	
Provisão Para Imposto de Renda..... 610.000,00	
1.810.000,00	
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	
Reserva Legal — DL. 2627..... 114.361,00	
Outras Reservas e Provisões..... 1.658.305,00	
Saldo a Disposição da Assembléia..... 514.562,39	
2.287.228,39	
17.952.842,70	17.952.842,70

Natal, 30 de junho de 1977.


HEITOR PINHEIRO DE MOURA
Diretor Presidente


ANTONIO ZINS
Diretor Administrativo


FRANCISCO ERIBALSON BORDA
Diretor de Operações


IVANILDO DIAS GUIMARÃES
T.C. CRC - 1.113 - RN

EBCT pensa ter lucro também no RN

Tendo, já, superavit em três Estados — Rio, São Paulo e Minas — a EBCT pensa, algum dia, chegar a esse estágio também no RN.

Mas o lucro — se tiver — vai aplicar em obras assistenciais.



Se, como está noticiando a imprensa nacional, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos já chegou ao estágio, em alguns pontos do país, de oferecer lucros, aqui no Rio Grande do Norte à sua Agência Regional, segundo explica o seu diretor interino, sr. Tércio de Araújo, continua com os serviços deficitários embora exista a possibilidade de “daqui a algum tempo os serviços postais também apresentarem rentabilidade”. De todo modo o sr. Tércio de Araújo foi mais comedido em suas informações sobre a situação geral da EBCT, afirmando que a rentabilidade anunciada pela imprensa tem se verifi-

cado apenas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e que, de um modo geral — e principalmente no Rio Grande do Norte — “O Governo tem de concorrer com dinheiro para equilibrar o orçamento”.

— Esperamos, contudo, que a EBCT tenha também lucros com os seus serviços no Rio Grande do Norte, lucros esses que não serão reinvestidos mas aplicados em obras assistenciais. — disse o diretor-interino da EBCT.

OS SERVIÇOS — Ainda sem lucro, porém, tem a Agência Regional da EBCT procurado se adaptar as no-

vas exigências do desenvolvimento do país. Atualmente os progressos obtidos na agilização dos serviços praticamente puseram fim às tradicionais anedotas sobre a morosidade e a ineficiência generalizada do correio nacional, cuja história padrão era aquela da correspondência sempre chegar quando o destinatário — ou o remetente — já não estava mais neste mundo. Com a flexibilidade operacional da empresa de economia mixta, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem podido ampliar os seus serviços, diversificando-o a ponto de acompanhar o ritmo das atividades particulares. O carteiro,

por exemplo, já não é mais aquela figura frustada, madorrenta, do funcionário público antigo e sem mais pretensões senão a de passar o tempo para aposentar-se. O carteiro agora é um funcionário como qualquer empregado da empresa privada, regido pela CLT e que só é admitido mediante concurso. E, assim, está sujeito à demissão pela prática de qualquer irregularidade.

— Atualmente — informou o sr. Tércio de Araújo ao RN-ECONÔMICO — a EBCT oferece uma série de serviços ao público e muitos deles, aqui no Estado, foram criados em virtude de sugestões enviadas à Administração Central, com sede em Brasília.

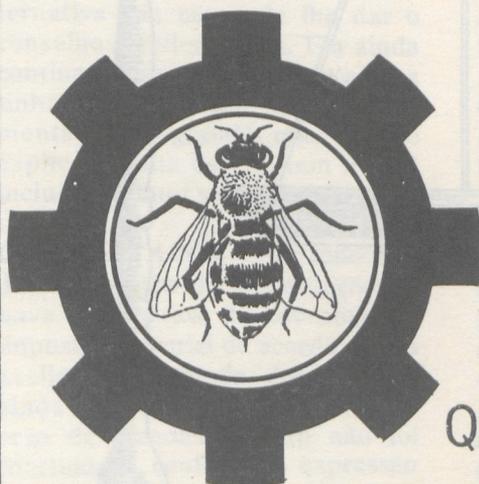
No momento, o Rio Grande do Norte possui 107 agências postais e tem programada para o próximo ano a criação de outras em diversos municípios, inclusive com a ampliação das caixas de coleta sob o critério de uma para cada dez mil habitantes. Para atender às necessidades do próprio desenvolvimento do Estado, vários novos serviços foram criados e muitos ainda não são devidamente utilizados porque o público ainda não está bem informado sobre eles. A própria sistemática do correio convencional também sofreu modificações. O Código Postal permitiu mais eficiência da Central de Triagem através da qual se processa a seleção da correspondência que vai ser enviada para o seu destino. E foram criados novos serviços como o Serviço Especializado de Entrega de Documentos — SEED. Trata-se de um serviço de entrega de documentos que pode ser utilizado por empresas ou pessoas físicas e, mediante contrato, possibilita a permuta e envio de documentos. Quando há necessidade da entrega urgente de um documento, numa situação de emergência, é utilizado o Malote Eletrônico mediante a cobrança de uma taxa adicional.

O Serviço de Correspondência Agrupada — SERCA, funciona como o sistema do SEED mas não é especificamente para envio de documentos. Entrega correspondência, tanto sob contrato como eventualmente, para outros Estados, geralmente com o prazo de 24 horas, desde que entregue até às 17 horas de cada dia. Assim uma correspondência para ser entregue no Recife no outro dia, deve ser

contratada no SERCA até às 17 horas do dia anterior. A taxa mínima é 24 cruzeiros e a EBCT para esse serviço se utiliza de veículos de empresas particulares previamente selecionadas. Outro serviço recente é o “Collis postaux”, que se encarrega de enviar encomendas internacionais sujeitas à vistoria alfandegária. Na explicação do Sr. Tércio de Araújo o “Collis postaux” ainda é pouco utilizado mas é muito prático: quem tem, por exemplo, uma jóia e quer enviá-la a um parente no exte-

rior basta se dirigir àquele serviço. Toda a burocracia será providenciada.

Ao que parece, conquanto tenha melhorado substancialmente toda a sua estrutura de serviços, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não soube, ainda, comunicar-se eficientemente com o público de modo a informá-lo de todas as suas novas potencialidades. Talvez quando o fizer atinja o estágio geral de superavit em todas as agências Regionais do Brasil e não apenas em três Estados.



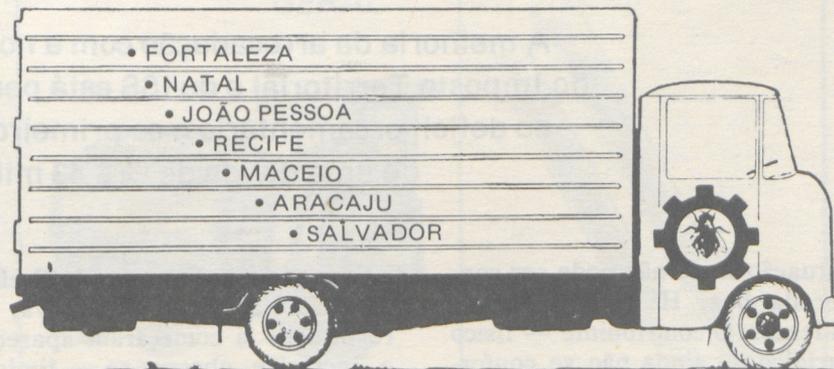
**ESTA MARCA
REPRESENTA
A SOLUÇÃO
PARA O SEU
PROBLEMA.
NÃO IMPORTA
QUAL SEJA ELE.**

SOMOS UMA EMPRESA DE SERVIÇOS A SERVIÇO DAS GRANDES EMPRESAS, ATUANDO EM 11 ESTADOS COM:

- SERVIÇOS MÉDICOS E PARAMÉDICOS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS
- ENGENHARIA AGRO-PECUÁRIA

- ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
- SEGURANÇA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
- IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS
- LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA E ESPECIALIZADA

- MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA
- LIMPEZA INDUSTRIAL
- TRANSPORTE DE ENCOMENDAS; VALORES E MUDANÇAS

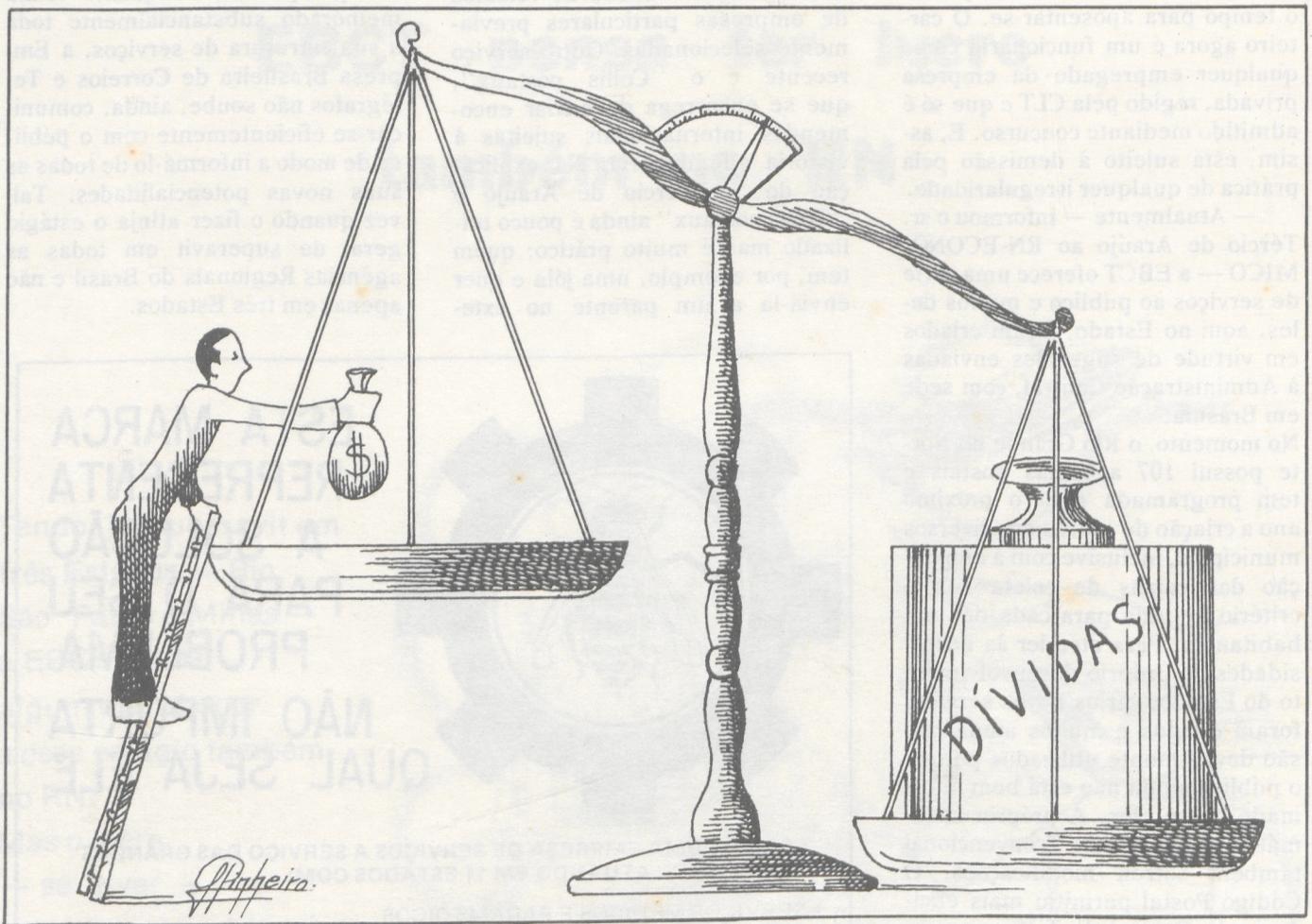


- FORTALEZA
- NATAL
- JOÃO PESSOA
- RECIFE
- MACEIO
- ARACAJU
- SALVADOR

embraSel

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS LTDA.

RUA FLORIANO PEIXOTO, 422 — FONES: 222-4604 — 222-4287
— NATAL-RN



Primeiras prestações de velhas dívidas intocadas

A melhoria da arrecadação com a nova sistemática do Imposto Territorial e do ISS está permitindo redução no deficit orçamentário e os primeiros pagamentos de uma dívida de Cr\$ 43 milhões.

A situação ainda não pode ser considerada boa. Há muitas contas pendentes. O contribuinte — físico e jurídico — ainda não se conformou muito com a nova sistemática de arrecadação através dos critérios recém estabelecidos do Imposto Territorial Urbano e ISS — e ocorrem mesmo patéticos casos de tentativa de burla. Mas, segundo

o Secretário de Finanças da Prefeitura do Natal, Albérico Silva, os resultados já começaram aparecer e, inclusive, observa-se — timidamente, é bem verdade — uma caminhada para a diminuição do crônico déficit orçamentário das finanças do município. Com a chamada realidade tributária dos imóveis de Natal, após o trabalho de

recadastramento, e o processo de cadastramento das empresas para efeito de cobrança do Imposto de Serviço — medidas que vêm vigorando há pouco mais de um ano — a Prefeitura tem conseguido recursos para aplicar em alguns serviços, está abatendo a dívida com o INPS e FGTS, começou a amortizar o débito junto ao BDRN pro-

veniente do financiamento para a construção do Estádio Presidente Castelo Branco e está partindo para a regularização das dívidas com os fornecedores.

OS PÉRCALÇOS Tudo isso, porém, não vem ocorrendo de maneira tranquila. A reação da população à nova sistemática do Imposto Territorial Urbano, por exemplo, se manifesta por vários canais e está na razão direta da insatisfação tradicional com os impostos — em qualquer país e em qualquer época. Albérico Silva, paciente e metódico, lembra alguns dos muitos casos em que ocorreram tentativas de fuga aos critérios de cobrança com apelos emocionais.

— As desculpas e argumentos são os mais infantis — disse ele ao RN-ECONÔMICO.

E conta um desses casos:

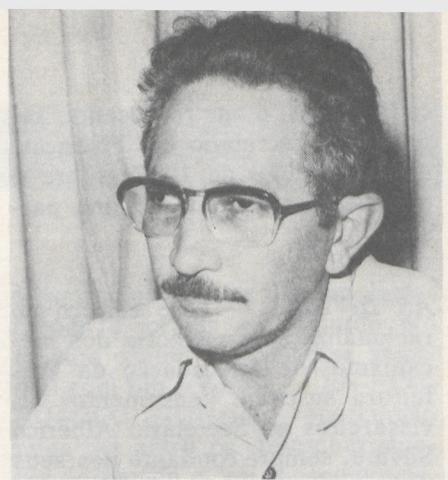
— Certa vez um jovem estudante me procurou para dizer que não podia pagar o imposto relativo aos 117 metros quadrados de área construída de sua casa. Argumentou que era sustentado — juntamente com a sua esposa — pelos seus pais, que também financiaram a construção da casa. A minha resposta foi lógica: disse a ele que

pedisse o pai para financiar também o imposto.

Mas há casos mais delicados, onde o fator emocional representa um apelo muito forte — e quase irresistível. Albérico Silva dá o exemplo de uma professora primária que o procurou para dizer que, com um salário de 700 cruzeiros não poderia pagar o imposto de uma casa com 200 metros quadrados de área construída recebida como herança.

— Ela chorava muito — conta o Secretário de Finanças — e dizia que não podia encontrar uma saída para o seu caso. Não tive outra alternativa que não a de lhe dar o conselho: vender a casa. Ela ainda continuou argumentando que a casa tinha para ela um valor sentimental muito grande, mas tive de explicar a falta de um item na Lei incluindo o fator sentimental.

OS RESULTADOS — De todo modo, o processo de implantação da nova sistemática de cobrança de imposto territorial de acordo com a avaliação atualizada dos imóveis ainda não está completo. O processo de recadastramento não foi concluído e, conforme a expressão de Albérico Silva, “ainda está em



Albérico Silva: começou a diminuição do crônico deficit do município.

desenvolvimento”.

— Esperamos que até o fim deste ano todo o universo imobiliário da cidade esteja abrangido. — declarou o Sr. Albérico Silva.

Quanto ao ISS, a média de inscrição de empresas — novos contribuintes — é de cem por mês.

— O cadastro mobiliário — disse ele — compreende o controle da vida do contribuinte por grupos de atividades e se destina especificamente à cobrança do ISS, taxa de localização, taxa de publicidade e licença de localização.

Até o momento cerca de 64 mil unidades imobiliárias, distribuídas em todo o Estado e parte do Distrito de Igapó-Redinha, foram

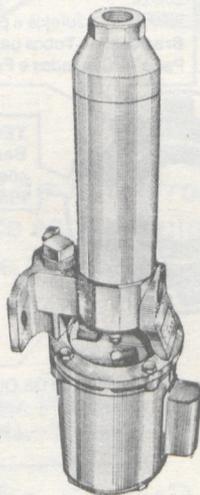


GALVÃO MESQUITA FERRAGENS S.A

Matriz: Dr. Barata, 217/219

Câmara Cascudo, 210/216 (Galeria)

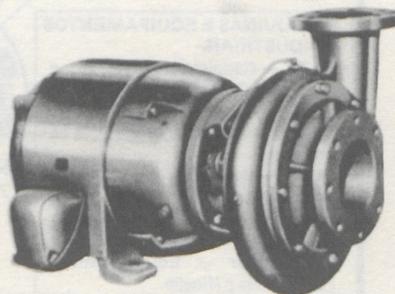
BOMBA MULTI ESTÁGIO HORIZONTAIS



PARA

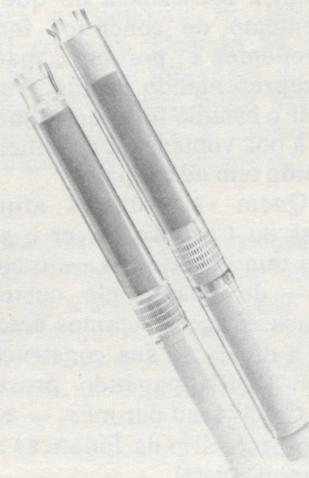
lavagem de veículos
estâbulos
tratores
recalque em edifícios
reservatórios elevados
sistemas de prevenção de incêndios
sistemas "booster"

BOMBAS CENTRÍFUGAS DE USO GERAL



Projetadas para longa duração

BOMBAS SUBMERSÍVEIS



Capacidade d'água até 300 metros

cadastradas, o que representa, segundo o Secretário de Finanças, um percentual de 100% sobre o que havia registrado no ano passado.

AS DÍVIDAS — Esse esforço de racionalização e melhoria dos mecanismos de arrecadação da Prefeitura suscitam pensamentos alvissareiros ao Secretário Albérico Silva e, sempre confiante nos seus esquemas, ele chega a abordar a possibilidade de equilíbrio orçamentário. Sonho distante, é bem verdade. Mas também há pouco mais de um ano parecia um sonho distante a Prefeitura de Natal adquirir, com recursos oriundos de sua arrecadação, 14 milhões de cruzeiros em equipamentos para os serviços de limpeza pública, a Sumov e a Semsu.

E mais. Pois, como informou ao RN-ECONÔMICO o Sr. Albérico Silva, parte desse dinheiro surgido com o novo sistema de arrecadação está possibilitando à municipalidade cumprir encargos no montante de Cr\$ 1 milhão e 100 mil por mês na amortização de pesadíssimas contas atrasadas com o INPS e FGTS — na prática, uma façanha financeira inédita. E, por outro lado, o pagamento mensal das obrigações previdenciárias e encargos sociais vai a Cr\$ 460 mil.

— O que há de importante nisso — assinala Albérico Silva — é que, até então, a Prefeitura simplesmente não pagara um só centavo dessas contas.

O Castelão é um poema de cimento armado cantado e contado pelos poetas do futebol e pela massa que torce sem a consciência de que é um elemento de concreto, ferro e componentes e, portanto, material e representando custos. Para construir o estádio foi preciso mais do que a boa vontade. E o dinheiro consumido tem de ser pago.

— Quem vai para as arqui-bancadas do Castelão torcer e sofrer não tem consciência — e com razão — de quanto ele custou. Nós temos. E agora estamos amortizando a dívida de sua construção junto ao BDRN pagando prestações de Cr\$ 474 mil por mês. — enfatizou o Secretário de Finanças da Prefeitura de Natal.

OS ENCARGOS DO ENCARGOS — Porém dívidas é como uma bola

de neve rolando de uma montanha: os juros e encargos vão se fazendo crescer a bola. Há os encargos trimestrais com juros e correção monetária que chegam a uma média de Cr\$ 1 milhão.

— O pagamento desses débitos estava desprezado inteiramente e só foi possível levá-lo em consideração a partir de março desse ano.

E há outras dívidas. Porém não propriamente representativas, no entendimento do setor financeiro da Prefeitura.

— O fato é que ninguém pode querer, assim de repente, de um ano para o outro, um saneamento completo da situação financeira da Prefeitura. Isso só poderá ocorrer de maneira gradativa — disse o Sr. Albérico Silva.

Ao mesmo tempo, apresenta resultados que, levando em conta a tradicional indigência das finanças municipais, permitem um certo otimismo. Ou seja: de um débito global em torno de Cr\$ 43 milhões a Prefeitura de Natal conseguiu a redução da ordem de 30 por cento.

OS FORNECEDORES — Nesse ponto vem a situação dos fornecedores. Estes, são credores mais tradicionais da Prefeitura, especialmente porque têm de estar alimentando todas as suas necessi-

dades. A solução que está sendo equacionada também obedece ao raciocínio pragmático de Albérico. Na fase atual — disse ele — “está havendo um esforço muito grande da Prefeitura no sentido de regularizar o sistema de compras e fornecimentos de modo a não implicar em prejuízo para qualquer dos fornecedores”.

— O que estamos pretendendo fazer — completou ele — é racionalizar o mais possível o sistema de compras. Assim, pensamos instituir o critério de rotatividade nas compras. Ou seja: não formar estoques, mas ir comprando de acordo com as necessidades do momento, para consumo imediato.

É, sem dúvida, um artifício para sintonizar gastos com disponibilidades embora, por um raciocínio elementar, a Prefeitura, enquanto durar o sistema, vai ter algum prejuízo com as compras homeopáticas — o que toda dona de casa sabe, pois comprar aos pedaços sai muito mais caro do que comprar em quantidade. Contudo, o pesadelo das dívidas acumuladas com os fornecedores, o assédio de quem quer receber parece ter um impacto psicológico tão contundente — e um prejuízo tão grande na credibilidade — que, afinal de contas, a pequena defasagem compensa.

SEMPRE QUE PENSAR EM COMPRAR, NÃO DUVIDE. CÉSAR S/A TEM AQUILO QUE VOCÊ PROCURA.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Beira Alta: Azeite de Oliva, Sardinha, Azeitonas verdes, Ervilhas.
Bhering: Café solução Globo, Chocolates, Bombons, Canela.
Salgado: Manteira
Polenghi: Queijos e Laticínios em geral.

MATERIAL P/CONSTRUÇÃO

Cosinor — Ferro redondo p/construção - CA-50 e CA-24.
Klabin — Azulejos e pisos.
Brasferro — Tubos galvanizados e eletrodutos.
Pado — Cadeados e Fechaduras.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

ATA — Cadeiras em geral, Aquecedores, Queimadores.
Búfalo — Motores elétricos de 1/2 cv até 1.000 cv, e motores especiais.
Lelly — Semeadeiras e adubadeiras.
Irmãos Pinho — Máquinas p/ indústria de massas em geral.
Honnegger — Equipamento e acessórios p/fiação.
Claridon — Vibradores p/concreto e compactores de solos.

TECIDOS E CONFECÇÕES

Barbero — Tecidos p/confecções, cama e mesa.
Philomeno — Redes.

PRODUTOS QUÍMICOS — ICI

Silicatos — Anilinas • Soda Cáustica.
Studarte — Leite de colônia, Talco e Sabonete.

CÉSAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

O silêncio de Jairo Procópio diz muito



O empenho de Jairo Procópio em não revelar qualquer índice sobre títulos protestados é sinal de que a situação é bem grave.

Há três anos que Jairo Procópio, editor involuntário e compulsório da coluna mais lida dos jornais de Natal — a dos títulos apontados para protestos em cartório — não fala à imprensa. Um tanto por ética, porque como proprietário

do Cartório onde os títulos para protesto vão parar, ele considera inoportuno e prejudicial qualquer pronunciamento de sua parte, nem que seja simplesmente para abordar superficialmente estatísticas globais e impessoais. Mas também

porque uma de suas últimas declarações a jornais — segundo ele mesmo contou em conversa informal com um repórter do RN-ECONÔMICO — tiveram repercussão negativa entre os desembargadores do Estado e, em consequência, provocaram alguns aborrecimentos. Daí que, se já era arredo aos contatos com a imprensa, Jairo Procópio, embora sempre bem humorado, tornou-se praticamente inexpugnável a qualquer abordagem. No entanto, não se recusa a conversar sobre generalidades, pois é homem de bom trato social. Nesses tempos em que a voz geral nos meios empresariais é a dificuldade econômica, a exiguidade de dinheiro, naturalmente que é o Cartório de Protestos o centro afeitor, o termômetro desse febril estado.

REVELAÇÕES DAS ENTRE-LINHAS — Daí que, se Jairo Procópio se recusa a fornecer dados, não pode escapar a certas revelações involuntárias que uma sua conversa permite extrair. Ao se deparar com uma pergunta frontal de um repórter do RN-ECONÔMICO a respeito do número atual de títulos enviados para protesto, ele respondeu com a seguinte explicação:

— Uma matéria desse tipo sempre tem repercussão negativa para a economia do Estado no Sul do país. Quando há notícias negativas, as empresas do sul do país que mantêm filiais aqui costumam apressar a cobrança dos títulos, apertando os prazos.

Portanto, é uma ponderação de Jairo Procópio para que não se dê ênfase a uma situação que ele não especificou mas deixou transparecer. Diante de repetidas perguntas frontais do repórter sobre o atual índice de títulos enviados para protesto ele sempre respondeu com evasivas. Num momento, porém, prestou um esclarecimento, extraído de uma experiência prática bem mais válida do que as teorias dos

técnicos, ao dizer:

— Na realidade, mais do que mesmo a quantidade dos títulos enviados para protesto é a liquidez desses títulos, após apontados, um indicador mais importante para se avaliar a situação econômica do momento.

O Sr. Jairo Procópio não completou explicitamente seu diagnóstico, revelando se é maior ou menor o índice atual de resgate dos títulos. Mas a recusa em fornecer índices sob o argumento de ser prejudicial às empresas do Estado qualquer notícia negativa a esse respeito, é praticamente uma admissão do declínio dessa liquidez.

Sempre na defesa, ele chegou a dizer:

— Como repórter, eu não faria essa matéria, porque em qualquer dos seus ângulos ela será prejudicial.

O repórter, na tentativa de extrair pelo menos alguns números, continuou insistindo, argumentando que se tratava de uma matéria focalizando a economia como um todo e, portanto, os dados do Cartório seriam apenas um dos componentes. Ao que ele rebateu, enfático e inerradável no seu ponto de vista:

— Pois mesmo como detalhe será prejudicial.

O repórter procurou cercá-lo de outra maneira, dizendo não ver perigo de qualquer influência negativa na economia do Estado uma informação puramente técnica, numa revista econômica reconhecidamente séria, sobre o atual índice de títulos enviados para protestos e o grau de resgate.

— Mesmo assim — respondeu ele — acho que é uma informação prejudicial.

Nem a nível pessoal como mero ponto de vista particular, o Sr. Jairo Procópio se permite fazer, no momento, alegando as “relações estreitas que existem entre o indivíduo e o seu trabalho”.

Tanto cuidado, tanta cautela, tanta ponderação, tanto sigilo, tanto empenho em proteger índices só levam a uma conclusão: a situação nunca esteve tão grave.

Veja como a **DIVEMO** pode ajudar os negócios a correrem melhor para você.



Nós sempre acreditamos na especialização.

É por isso que nos sentimos à vontade para oferecer os nossos serviços a você e ao seu Mercedes-Benz.

Assim, quando você precisar de um veículo de alta qualidade para transporte de carga ou de passageiros, vai encontrar aqui, à sua disposição, uma equipe de especialistas, preparada para assessorá-lo em todos os detalhes na escolha de um caminhão ou de um ônibus.

Vamos poder escolher juntos o veículo mais adequado para o tipo e a quantidade de carga que você pretende transportar.

E depois, quando você já tiver o seu Mercedes-Benz, vai conhecer os serviços da nossa assistência técnica, feita por mecânicos treinados na própria fábrica, que trabalham com ferramental adequado e só utilizam peças genuínas.

Nós lhe oferecemos todas as condições para que o seu caminhão ou ônibus Mercedes-Benz

continue sempre com a sua alta qualidade de fabricação. Em outras palavras, com a sua longa e econômica vida útil.

Antes e depois de comprar o seu Mercedes-Benz, converse conosco. Além dos bons serviços, nós lhe oferecemos também a nossa tradicional cortesia.



Mercedes-Benz

DIVEMO S/A Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101, Km. 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 e 231-1360 — Natal-RN

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 536 — Alecrim — Fone: 222-2822 — Natal-RN
Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

LEGISLAÇÃO **LN** NORDESTINA JURISPRUDÊNCIA

As mais completas revistas de leis editadas no Brasil. Levamos até você matéria FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, sempre atualizada com a legislação em vigor. Tudo isso em excelente apresentação gráfica, com capa plastificada. Torne-se o assinante mais atualizado do Brasil.

.....
Contratos, em Natal, com RN-Econômico, pelo fone 222-0806 ou escreva para Editora Legislação Nordestina Ltda., atenção do Sr. Nelson Ramos de Souza — Av. Conde da Boa Vista, 250 — Conj. 411 — Fone (081) 222.3781 — Recife-PE.

Já formamos tecnólogos para atender indústria têxtil em todo Nordeste

Se não era o óbvio, era o aconselhável: com um parque têxtil de notória influência na produção nacional, o RN teria que começar a formar técnicos especializados para o setor. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte já tem curso de curta duração, cuja primeira turma se forma no final deste ano.

Com um parque industrial de confecções dos mais importantes do País, não demoraria muito e o Rio Grande do Norte teria que cuidar também da formação de técnicos do setor, para atender às suas necessidades, não fôsse bom também exportá-los para Estados da região, na qualidade de polo de desenvolvimento dessa indústria. Já agora também conseguindo firmar uma excelente posição no ramo explicitamente têxtil, intimamente ligado ao de confecções.

O ensino têxtil no Brasil, no entanto, não tem mais de 15 anos de idade e a Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo foi a pioneira na sua implantação. No ano passado (1976) a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade do Estado da Guanabara criavam os seus cursos de curta duração. Afora esses, há mais seis cursos de nível médio, no País,

oferecidos pelos SENAI, para a área têxtil, sendo que no caso do Rio Grande do Norte existe a possibilidade de criação da opção têxtil na área da Engenharia Mecânica.

Não foi cedo que o Rio Grande do Norte cuidou da implantação de cursos textéis, se consideramos que a indústria de confecções do Estado já tem mais de vinte anos, iniciada que foi na década de 50, com o surgimento da primeira indústria em 1956. Coube ao Reitor Domingos Gomes de Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a primazia da instalação dos cursos de curta duração na própria UFRN, mais de cem anos depois que em Reutlinge, na Alemanha, em 1855, era instalada a primeira escola desse tipo, no mundo. Atualmente, a situação do ensino têxtil tem o Brasil num acanhado 10º lugar, no quadro seguinte:

PAÍS	UNIVERSO	CURSOS OFERECIDOS		
		GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
1 — ESTADOS UNIDOS	6	6	4	4
2 — INGLATERRA	5	5	4	4
3 — FRANÇA	4	3	1	1
4 — ITÁLIA	2	2	2	—
5 — ALEMANHA	2	2	2	2
6 — CANADÁ	1	1	1	—
7 — ÍNDIA	9	9	5	2
8 — INDONÉSIA	1	1	—	—
9 — JAPÃO	5	5	5	—
10 — BRASIL	3*	3	—	—
TOTAL	38	38	24	13

*A UEG E A UFRN COM CURSO SUPERIOR DE CURTA DURAÇÃO

O CURSO DA UFRN — Instalado em 1976, o Curso Têxtil de Curta Duração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem como orientador o professor Iéris Ramalho Cortês, mestre em Ciências (especializado em Engenharia Industrial, com opção por Produção) e autor de um *Diagnóstico da Indústria de Confecções do RN*, com o qual obteve o grau de Mestre, na Universidade Federal de Santa Catarina.

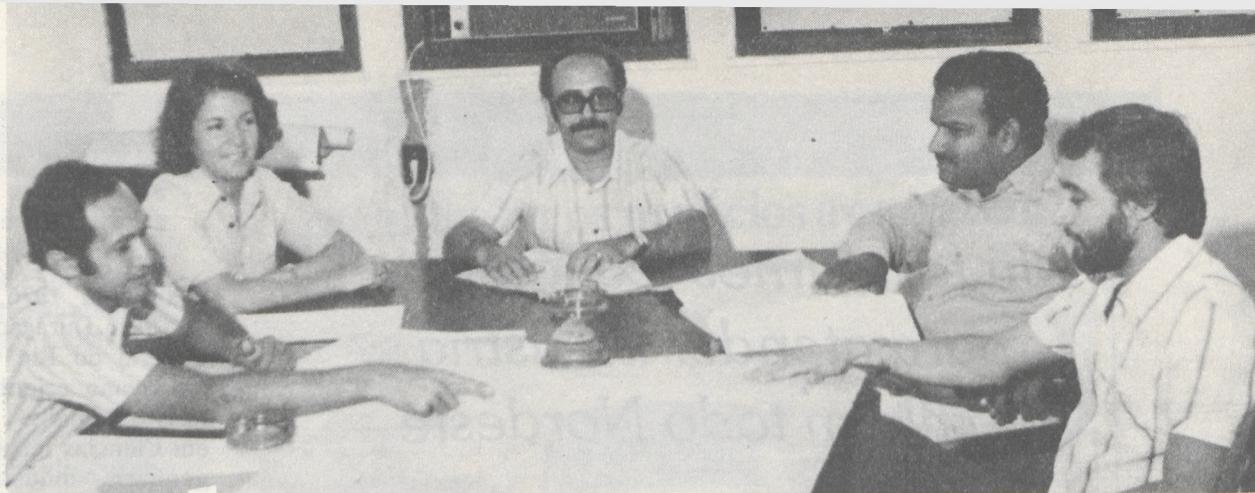
Antes de um competente professor, ele é um entusiasta do setor têxtil, como opção industrial e pode-se dizer que a criação dos atuais cursos da nossa Universidade efetivou-se quase que em função de sua especialização, já que se podia contar com um técnico de alto nível filho do próprio Estado e, por isto mesmo, entrosado com a nossa realidade, tanto em termos de adaptação dos alunos aos métodos do ensino, como em relação ao conhecimento das indústrias atualmente implantadas e em funcionamento, entre nós.

Informa Iéris Ramalho Cortês que a primeira turma do Curso de Tecnólogos em Indústria Têxtil conclue estudos no final deste ano e que a receptividade, por parte das empresas locais, tem sido a melhor possível, quanto a uma futura colocação do pessoal, em seus quadros funcionais. Falando sobre o curso, ele explica:

— “A intensão da UFRN não foi apenas criar mais um curso, porém contribuir de maneira definitiva nesta área, tão carente de pessoal qualificado e sobretudo colocar no mercado de trabalho profissionais realmente qualificados”.

Neste sentido, a coordenadoria do Curso e os professores têm procurado de todas as maneiras possíveis proporcionar ao aluno uma série de conhecimentos que

O grupo de professores da cadeira de tecnólogo para especialização no ramo têxtil



possibilitem um maior rendimento teórico e prático.

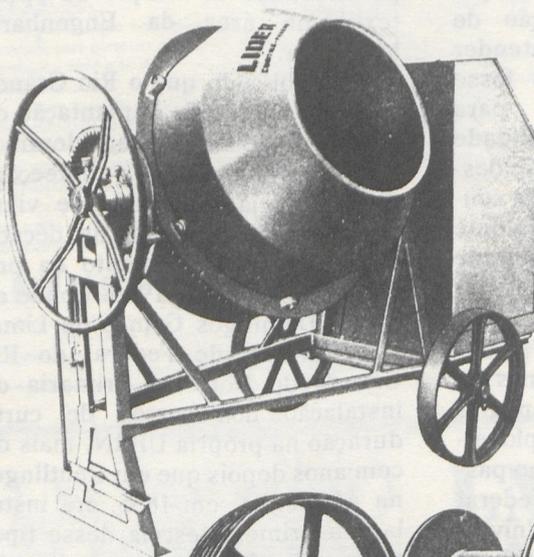
O currículo do curso está dividido em quatro períodos (dois anos com cadeiras de Matemática, Física Técnica, Química Têxtil, Desenho Técnico e EPB. No curso Básico, estão as cadeiras profissionalizantes: Ciências das Fibras, Fiação, Tecelagem, Padronagem, Química Tecnológica, Malharia, Tinturaria, Manutenção, Planejamento Estatística, Controle da Produção. As cadeiras complementares são de Equipamentos Auxiliares e Noções de Eletrotécnica.

Para que o Curso não tivesse problemas com professores de alto nível profissionalizante, a Universidade mandou cinco técnicos fazer cursos de especialização na Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, tendo sido também contratado um engenheiro têxtil (PhD), afora se contar com técnicos das diversas áreas têxteis, através de convênio com o SENAI de Pernambuco.

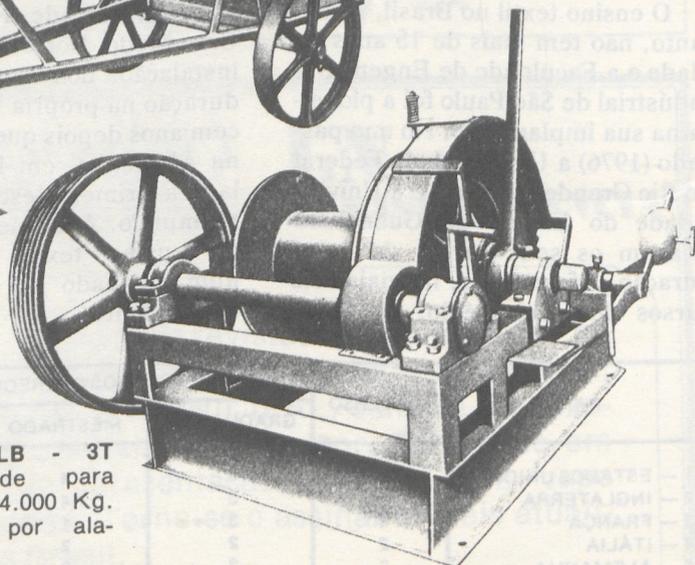
AULAS PRÁTICAS — Sem dúvida nenhuma a proximidade das fábricas de têxteis e confecções confere ao curso da UFRN a possibilidade de uma atuação mais efetiva, quando se trata das aulas práticas. E não apenas as fábricas são visitadas por alunos e professores, mas também outras empresas ligadas diretamente à indústria têxtil, como é o caso de fazendas que fazem experiências com tipos de algodão de maior linhagem.

O curso possui biblioteca e laboratório especializados, mas mesmo assim muita coisa só pode ser vista *in loco*, nas fábricas ou fazendas. Para as aulas práticas, foram assinados convênios com a Indústria Têxtil Seridó S.A., Cotonifício Norteriograndense, Cotonifício Dantas Ribeiro S.A.,

DISTRIBUIDORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL.



BETONEIRA MANUAL
— Motor elétrico de 3HP.
Base de giro sobre rolamentos. Equipada com rodas de ferro ou pneumáticas.



GUINCHO GLB - 3T
— Capacidade para pesos de até 4.000 Kg.
Accionamento por alavanca manual.



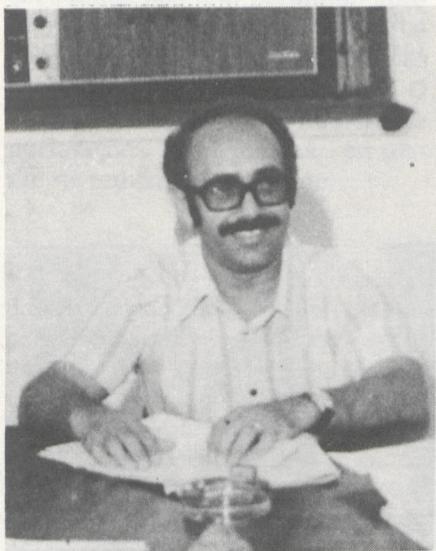
QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Av. Rio Branco 185 - Tel PABX 222-2056
Natal - Rio Grande do Norte -

Rua Felipe Camarão, 257 Fone: - 321-206
Mossoró Rio Grande do Norte —

Fiação Borborema S.A. e também com entidades de ensino e pesquisa, como o SENAI/RN, SENAI/PE e Secretaria de Agricultura do Estado — na Coordenadoria de Classificação de Fibras. A Fazenda São Miguel recebeu já os alunos, para verificação de suas experiências com algodão Seridó, através de sementes selecionadas. Em Recife, já foi visitada a Indústria Tecanor do Nordeste, do Grupo Hering e estão previstas visitas às indústrias Rio Tinto, Toalia e Polinor, na Paraíba e Saint-Germaine e Cisaf, em Natal, as duas últimas responsáveis pelo beneficiamento do sisal — e também à Indústria Cirúrgica de Absorventes, em nossa capital.



Iéres Ramalho Cortês: Entusiasta do setor têxtil como opção industrial.

As aulas práticas na Universidade são dadas com algum material tomado por empréstimo às próprias indústrias, como é o caso de dois teares, cedidos pelos Cottonificios Dantas Ribeiro e Norterio-grandense.

E sobre as perspectivas do curso, em termos de aproveitamento dos alunos? O professor Iéres Ramalho Cortês explica:

— “São bastante promissores essas perspectivas de colocação dos alunos, no mercado da indústria têxtil local e até mesmo regional. Afora as empresas já existentes, no Nordeste, outras mais estão se implantando paulatinamente, de modo que não faltarão oportunidades para os tecnólogos que estamos formando, principalmente considerando-se o índice

de conhecimentos que eles assimilam no curso”.

Iéres Cortês chama a atenção para o fato dos tecnólogos terem outras possibilidades, dentro do próprio setor têxtil, que não a de trabalhar pura e simplesmente nas indústrias de tecelagem. Eles poderão, por exemplo, serem absorvidos pelas indústrias de confecções, em seus laboratórios de tecidos e também nas fábricas de equipamentos e máquinas tex-

teis, em pesquisas agrônômicas, em entidades de ensino como o SENAI, nas firmas que tratam da comercialização de produtos têxteis e em outras áreas que envolvam materiais ou fibras têxteis.

Quanto ao empresariado local, ligado ao setor, tem apoiado da maneira mais efetiva o curso da UFRN, que atualmente tem 76 alunos matriculados, dos quais 35 compõem a primeira turma concluinte.

Estas empresas já têm a Assistência Médica global da INTERMÉDICA:

Confecções Guararapes S. A.
Algodoeira São Miguel S. A.
Refinaria de Óleo Sandi
Fazenda São Miguel — Angicos
Indústria Têxtil Seridó S. A.
Sparta Confecções Nordeste S. A.
Incarton — Indústria de Cartonagem S. A.
Alcanorte — Álcalis do Rio Grande do Norte S. A.
Key Perfurações Marítimas Ltda.
Petromar Serviços Marítimos Ltda.
Comercial Alcides Araújo Ltda.
LOBRÁS — Lojas Brasileiras S. A.*
VASP — Viação Aérea São Paulo S. A.

*Em processo de homologação junto ao INPS

E a sua?



INTERMÉDICA

MEDICINA ASSISTENCIAL A EMPRESAS
Av. Prudente de Moraes, 1495 — Fones: 231-1734, 231-1027,
231-1028 e 231-1207 — Natal-RN.

Receita tem bons resultados no RN

O incremento do imposto de renda no RN foi superior mesmo ao índice registrado no Brasil, segundo informa a Delegacia da Receita Federal.

Pelo menos em termos de arrecadação do Imposto de Renda o Rio Grande do Norte está apresentando um percentual de crescimento superior ao do Brasil pois, segundo informações do Delegado da Receita Federal, Sr. João José de Figueiredo Neto, o incremento deste ano, em comparação a igual período do exercício passado, foi da ordem de 62 por cento. No cômputo geral, tomando como base para comparação o mesmo período, a arrecadação do Imposto de Renda teve um incremento de 52 por cento. O contribuinte potiguar, conforme ainda as revelações do sr. João José de Figueiredo, tem tido um comportamento bastante satisfatório em relação ao imposto de renda e, até agora, tem absorvido bem as modificações introduzidas na legislação. O titular da Delegacia da Receita Federal no Estado chegou a afirmar ao RN-ECONÔMICO que as modificações do IR foram recebidas no Rio Grande do Norte da "melhor maneira possível já que todas modificações introduzidas na legislação do Imposto de Renda Pessoa Física foram no sentido de beneficiar o contribuinte, principalmente aos assalariados".

mecanismos fiscais, a principal modificação introduzida neste exercício, conforme ainda o Delegado da Receita Federal, foi a alteração no que diz respeito ao "I.S.T.R., em face do disposto no Decreto-Lei nº. 1.438/75, que estendeu a incidência do Imposto sobre transporte rodoviário de passageiros ao transporte de cargas". Essa modificação, acentuou ele, provocou um "crescimento nominal de 118,37%", e conseqüentemente, "a participação na receita tributária elevou-se de 1,65% para



A MODIFICAÇÃO — Quanto aos

João Figueiredo: aumento da ordem de 62%.

2,19%". O representante da Receita Federal no Estado considera, por outro lado, "muito elevado o grau de conscientização do contribuinte potiguar e vem crescendo de ano a ano, o que se comprova pela participação nos treinamentos ministrados pelo Ministério da Fazenda".

Essa conscientização pode ser medida, inclusive, com outra informação do sr. João José de Figueiredo com referência ao percentual de erros nas declarações de rendimento. Disse ele:

— O tabulamento das indagações feitas nos tem permitido aprimorar, de ano a ano, os nossos manuais. Explicando melhor aqueles pontos que geravam dúvidas. O resultado disto é que o número de declarações preenchidas erradamente reduziu-se à metade.

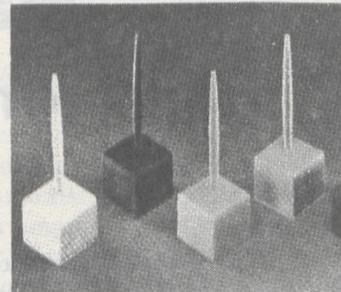
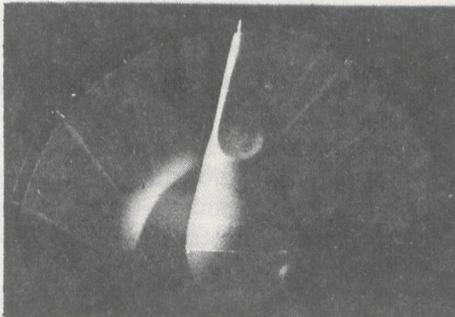
Por sua vez, o índice de aumento das declarações "deverá acompanhar o aumento do crescimento da população economicamente ativa no Estado que é da ordem de 5%." Também o índice de restituição de imposto pago a mais, através dos cheques de devolução, teve um índice maior este ano pois, conforme as informações prestadas ao RN-ECONÔMICO, no exercício de 1976 foram expedidos 9.106 cheques de restituição e, até o momento, já foram recebidos 12.602 cheques referentes a 1977, restando apenas 150.

Os dados indicam que a máquina da Receita Federal está funcionando harmoniosamente no Rio Grande do Norte e, aos poucos, o potiguar vai se familiarizando com um imposto que, há não muitos anos, figurava apenas nas listas teóricas. Além das medidas de divulgação e de conscientização, não resta dúvida que a presteza com que tem funcionado os sistema de devolução dos cheques com o imposto pago em excesso serviu muito para aproximar o contribuinte do fisco.



CÉSAR S/A TEM A PARKER CERTA PARA VOCÊ AGRADAR TODAS AS PESSOAS:

Desde os mais requintados até os mais avançadinhos, todos acharão um modelo Parker de acordo com o seu gosto. Como os cubos com esferográfica para o escritório, para o lar, para balcões em bancos, lojas, etc.



Ou o Gordinho, um produto Eversharp fabricado pela Parker. Escreve, balança e diverte. Está sempre à mão e em pé, quando você precisar dele. Venha em CÉSAR S/A escolher a sua Parker.

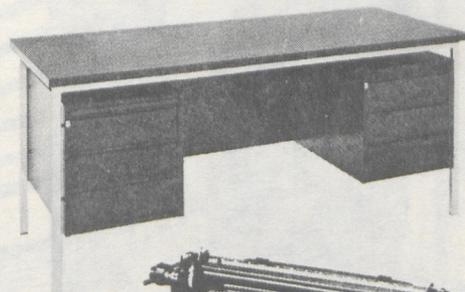
CÉSAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Mesa "ESTIL"
Linha 90



Cadeira "ESTIL"
Linha Diretor



Máquinas de
escrever "REMINGTON"



RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.

MATRIZ: - Rua Dr. Barata, 242
FILIAL: - Praça Augusto Severo, 91
FONES: - 222-1467 - 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Pça. Vigário Antonio Joaquim, 99
MOSSORÓ - RN - FONE: 321-1330

Macedo Imóveis: uma jornada de 30 anos

Hoje é fácil perceber que imóvel tem valor. Mas, há 30 anos, quando o Alecrim parecia mais um município vizinho do que mesmo um subúrbio de Natal e o seu acesso só era possível com os resistentes jipes da 2ª. Guerra Mundial, era necessária uma boa dose de intuição e bastante confiança no futuro da cidade para arriscar o próprio futuro no negócio de imóveis — quando havia outros ramos tão rentáveis para homens de iniciativa e disposição. Mas o desenvolvimento de uma cidade só é possível com o trabalho dos pioneiros, que são justamente os homens dispostos a abraçar tarefas onde os caminhos ainda são incertos e estão por desbravar. E foi o espírito dos pioneiros que certamente fez Manoel Macedo de Brito escolher, no distante outubro de 1947, o ramo

Manoel Macêdo, pioneiro no ramo de imóveis.



de imóveis para registrar a sua firma individual — M. Macedo — e, num acanhado escritório situado no 1º andar do prédio nº 214 da rua Ulisses Caldas — onde atualmente está instalada a Finasa — iniciar, sozinho, uma trajetória bem sucedida. Trajetória que, inclusive, possibilitou a Natal as primeiras marcas do progresso, pois as primeiras iniciativas imobiliárias de vulto realizadas na capital potiguar foram frutos da obstinação daquele homem que acreditou no potencial da cidade e ainda hoje acredita pois, completando 30 anos de atividade no ramo — e desde 1953 sob a razão social de M. Macedo Imóveis Ltda. e a participação de dois sócios, Fernando Fernandes de Macedo Brito e Antonia Fernandes M. Brito — continua com o mesmo entusiasmo, colocando sua experiência a serviço dos órgãos públicos e a iniciativa privada.

O COMEÇO — Foi em outubro de 1947 que começou a funcionar a firma M. Macedo. Fazia loteamentos, acompanhava processos junto às repartições e se encarregava de fazer a cobrança das prestações dos terrenos de casa em casa. Todas essas tarefas eram desenvolvidas por Manoel Macedo.

— Eu fazia tudo isso só — lembra ele.

Na época, acrescenta Manoel Macedo, “os loteamentos eram relativamente distantes e não havia transporte coletivo. Tinha de fazer a cobrança à pé. A falta de estradas tornava os bairros quase inacessíveis. A partir da Alenxandriño de Alencar tinha-se de recorrer ao jipe. Tanto era assim que haviam duas praças de jipe: uma na Princesa Isabel e outra na Presidente Bandeira, ao lado do edifício Leite.

Lembra que a situação só foi melhorar com a implantação de estradas de barro em vários subúrbios na administração Djalma Maranhão. Daí, era nos jipes e na poeira que Manoel Macedo atingia as residências dos compradores dos terrenos no exercício de uma das muitas de suas funções na firma: a de cobrador. O primeiro loteamento negociado por M. Macedo estava situado entre as Avenidas Romualdo Galvão e Prudente de Moraes, proximidade da praça Augusto Leite, Tirol.

— Cada lote — recorda ele — vendia, na época, cinco mil cruzeiros, o que equivale a 500 cruzeiros de hoje. O pagamento era em 50 meses. Atualmente cada um desses lotes custa em torno de 200 mil cruzeiros e ainda há alguns onde os proprietários ainda não venderam.

O PIONEIRISMO — Em 1953 um contrato aditivo transformou a firma individual M. Macedo em M. Macedo Imóveis Ltda., com a participação de Fernando Fernandes de Macedo Brito e Antonia Fernandes M. de Brito. Manoel Macedo ficou como sócio-gerente. A esta altura a empresa partiu para a diversificação de suas atividades imobiliárias, expandindo seus negócios — construção de casas, incorporações, etc.

Mas o grande desafio na nova fase surgiu em 1963 com o seu primeiro lançamento: a incorporação pelo sistema de condomínio — hoje em dia usado com o sabor de novidade — do edifício 21 de março. Era um passo usado para a época. Outros grupos com mais recursos — como os de Roberto Freire e Luiz de Barros — haviam tentado e desistido. O “21 de Março” — a denominação foi em homena-

gem à Loja Maçônica, tradicional e que fora proprietária do terreno — foi concebido para ser um prédio comercial de 10 andares, o primeiro em tais dimensões em Natal. Havia, como mau presságio, o fracasso dos outros grupos que tentaram construir um prédio nas proximidades do Palácio Potengi e não tiveram êxito nas vendas. Houve até tentativa para desencorajar Manoel Macedo. Mas ele não desistiu e, com o apoio dos seus sócios, levou avante o projeto. Com o sucesso obtido, M. Macedo Imóveis Ltda. realizou novas importantes incorporações, como os edifícios Sisal, Canaçu, Salmar e o prédio do Centro Comercial do Alecrim. Outro passo pioneiro da empresa foi em 1969, como 1º iniciador do BNH no Rio Grande do Norte, construindo o edifício Manairama, com 54 apartamentos e entregue 60 dias antes do prazo estipulado pelo cronograma dos órgãos habitacional.

RAZÕES DO SUCESSO — Afirma Manoel Macedo que entre as razões do sucesso de sua empresa foi a colaboração constante dos engenheiros responsáveis técnicos

Dirceu Holanda, Luiz Noya Valzon, Clóvis Gonçalves dos Santos e Malef Vitório de Carvalho, além das comissões de representantes dos condôminos, isto no ramo de incorporação por administração.

— Sempre nos empenhos também — afirmou — em prezar os compromissos que assumimos com os compradores e dedicamos grande parte do nosso esforço nisso. Evidentemente, o resultado foi a confiança que ganhamos dos compradores a quem sempre oferecemos melhor do que estava especificado nos contratos. Sempre caprichamos em comprar o melhor material. Efetuamos as nossas compras no Sul e eu mesmo tomei a tarefa de ir verificar o material pessoalmente. Até operários tivemos que trazer do Sul do país. Já trouxemos bombeiros, eletricitas e até um pastilheiro especializado em fachadas de prédios, devido a pouca mão-de-obra desse tipo no Estado.

E essas tarefas sempre foram efetuadas mesmo quando as comunicações eram difíceis — por telefone, por telégrafo. Também outra explicação para o sucesso das in-

corporações de M. Macedo Imóveis Ltda. foi a adoção desde cedo de modernas técnicas publicitárias. Cada lançamento era acompanhado por campanhas maciças, com as peças produzidas no Sul do país e veiculadas nos órgãos de divulgação de atal.

O PRESENTE — No momento, um dos últimos lançamentos de M. Macedo Imóveis Ltda. é a venda a prestação — simbolicamente, o mesmo sistema utilizado há 30 anos pela empresa — de terrenos situado na zona urbana de Natal — entre o Batalhão de Engenharia e o Campus Universitário.

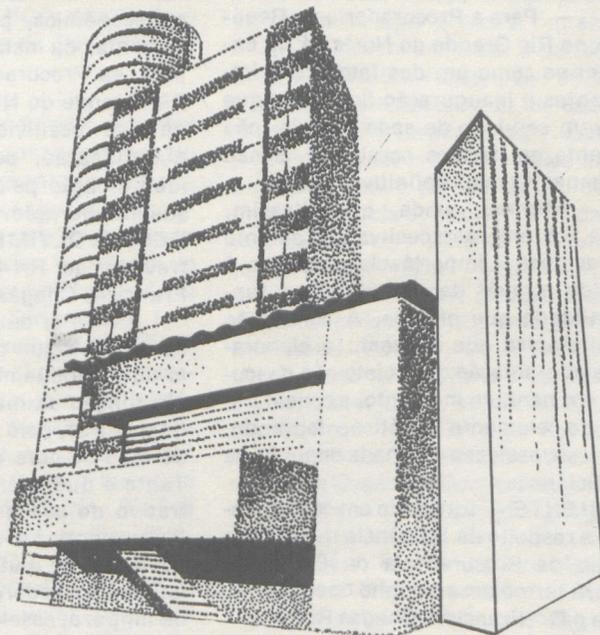
— Hoje, esse tipo de vendas não existe. É exclusivo, nosso. — declarou Manoel Macedo, pois os negócios têm sido à vista.

Depois de 30 anos no setor, Manoel Macedo e sua empresa continuam emprestando a experiência adquirida em prol do desenvolvimento da cidade. Foi criada a Bolsa de Imóveis — que vem prestando relevantes serviços não só a particulares como ao Poder Público na avaliação de imóveis. É a continuação de uma tarefa que já completou três décadas.

UTILIZE A BOLSA DE IMÓVEIS

Relação de alguns dos nossos clientes:

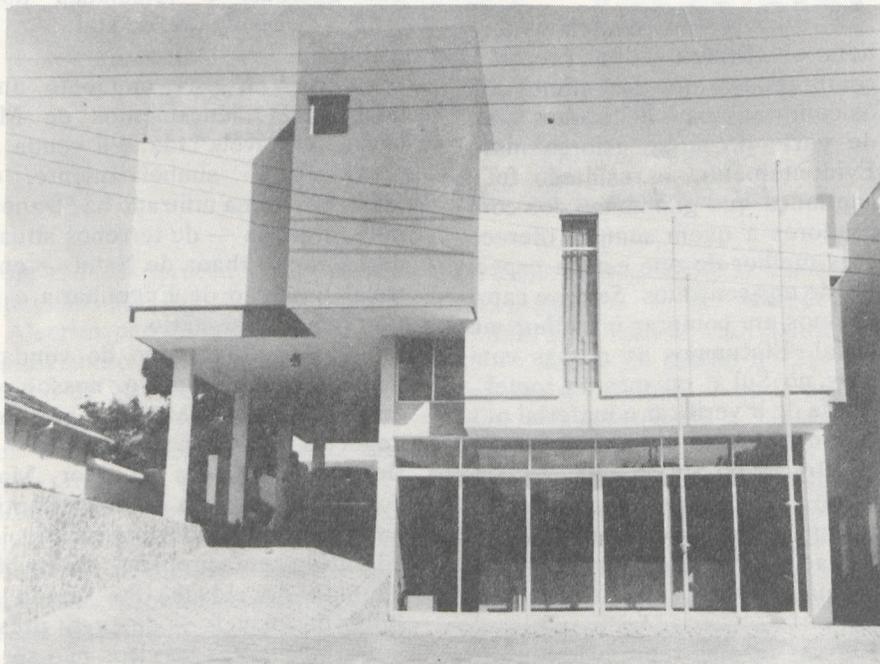
Embratel
 Banco Econômico S. A.
 Banco do Rio Grande do Norte S. A.
 Banco Mercantil do Brasil S. A.
 Companhia Atlantic de Petróleo S. A.
 Comércio e Construção Trairi Ltda.
 Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL
 Sociedade Eunice Weaver
 Superintendência Nacional da Marinha Mercante
 Construtora Seridó Ltda.
 Pirelli do Brasil S. A.



Bolsa de Imóveis do Rio Grande do Norte

Rua Floriano Peixoto, 559 — Tels.: 222-2262 — 222-4249

Procuradoria da República no RN já funciona em sua sede própria



O novo prédio da Procuradoria da República no RN

Está funcionando em sua sede própria desde o dia 25 de agosto a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte. Para o Dr. Francisco Chagas Rocha, Procurador da República, o acontecimento tem o seguinte significado, conforme suas declarações ao RN-Econômico:

— Para a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte há de entender-se como um dos fatos mais importantes a inauguração do prédio que lhe vem servindo de sede própria, não somente em termos ocasionais, senão sob aspectos mais definitivos.

Afirmou, ainda, que, “assim, posta sob uma perspectiva tipicamente operacional, a importância do prédio é medida através da comodidade e funcionalidade que oferece. A concepção arquitetônica que preveniu a elaboração e implantação do projeto não descuiu, em nenhum momento, a consideração do elemento estético, logrando, com isso, realçar a chamada engenharia da eficiência.

AMBIENTE — Entrando em considerações a respeito da influência que o novo prédio da Procuradoria da República poderá ter no desempenho operacional, disse o Dr. Francisco Chagas Rocha:

— Ambientes agradáveis, é sabido, permitem maior rendimento operacional. Ambientes silenciosos favorecem a descontração e o conseqüente emprego das faculdades psíquicas. Ambientes indevassáveis estimulam a cria-

tividade. Tudo isso é encontrado no prédio da Procuradoria da República no RN.

Entrando em detalhes sobre outros aspectos decorrentes da inauguração da nova sede, afirmou o Procurador da República no RN:

— Os reflexos de natureza sócio-econômica, política e cultural, decorrentes da instalação, em prédio próprio, da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, são mensurados, na sua positividade, em termos de quantificação, pelo reconhecimento e identificação pelo público, a partir de sua inauguração.

DESENVOLVIMENTO — Em sua entrevista ao RN-ECONÔMICO, o Dr. Francisco Chagas Rocha disse:

— Por outro lado, a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do Estado também pode ser avaliada em função da maior soma de recursos financeiros, pelo maior aproveitamento de mão-de-obra de setores de serviço. Tanto é que, além de pessoal administrativo de seu quadro atual, passou a Procuradoria, após a sua instalação no novo prédio, a utilizar serviços de vigilantes, operadores de PABX, pessoal de limpeza, asseio e conservação. Cresceu, ademais, o conceito da Procuradoria da República entre os demais órgãos da Administração, pois órgão sem sede é desprestigiado. Daí poder-se afirmar que a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte é presença física defi-

nida na comunidade regional, quer em termos arquitetônicos, quer em termos de realidade administrativa e, o que é mais importante, em termos de melhores condições de trabalho para os seus funcionários — quadros técnicos e administrativos.

O TRABALHO — Explicando e historiando os acontecimentos que precederam a implantação da nova sede, afirmou o Dr. Francisco Chagas Rocha:

— A construção do Edifício sede da Procuradoria demandou, como seria natural, muito “suor” e sono. Mas contou com sistemático e integral apoio dos escalões administrativos responsáveis, quase que se estabelecendo uma completa sincronização de movimentos e providências, que melhor se explicam dessa maneira: a cada dificuldade surgida correspondia, instantaneamente, igual parcela de boa vontade dirigida para o equacionamento e a solução dos problemas que assinalam a construção de qualquer obra pública. É interessante revelar que semelhante indagação foi feita pelo Exmo. Sr. Ministro Armando Falcão, ao chegar ao local, para presidir o ato inaugural, em companhia do Governador Tarcísio Maia e do Dr. José Bonifácio Câmara, Chefe de Gabinete do Ministro. Perguntou-me, então, o Ministro Armando Falcão: Procurador, onde foi que o senhor conseguiu recursos para construir um prédio como este? A resposta não poderia ser outra: no Ministério da Justiça, Senhor Ministro. Não poderia, contudo, omitir, nesta oportunidade que me oferece o RN-Econômico, de relatar o que foi a luta para a obtenção desse resultado que a muitos até surpreendeu, a compreensão dos Exmos. Srs. Ministros Xavier de Albuquerque e Moreira Alves, quando no exercício do cargo de Procurador Geral da República, da mesma forma como se manifestou o interesse do atual Procurador Geral da República, o não menos ilustre Professor Henrique Fonseca de Araújo. Isso, na área da Procuradoria Geral da República. Foi decisiva, também, para a concretização da obra que é hoje o edifício sede da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, primeiro a ser construído no Brasil, especificamente para abrigar uma Procuradoria, a atuação do Exmo. Sr. Dr. Paulo Cabral de Araújo, DD. Secretário Geral do Ministério da Justiça, do Dr. Marcos Vinícius Mendes Bastos, Inspetor Geral de Finanças do mesmo Ministério, do Dr. Hélio Bebiano, Secretário de Orçamento da Sec. Geral daquele Ministério, Dr. Cícero Fernandes, Diretor Geral da Secretaria da Procuradoria Geral da República, Dra. Clélia Albuquerque Carneiro Teixeira e Ana Passos Bacelar. Menciono, por último, a participação da Sra. Nídia Nasser Silva, quando no exercício do cargo

de Diretora da Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República. Aliás, alguns desses nomes, fiz expressa referência, no discurso que pronunciei na solenidade de inauguração, completando, agora, o elenco daqueles que, na mecânica administrativa do Ministério da Justiça e da Procuradoria Geral da República, tudo fizeram para que os recursos financeiros não apenas nos viessem às mãos, mas, sobretudo, nos chegassem com a rapidez desejada e exigida pelo próprio ritmo da obra.

DIFICULDADES — O Procurador da República abordou, também, as eventuais dificuldades que o órgão encontra para o perfeito desempenho de suas atividades, dizendo:

— A Procuradoria da República no R. G. do Norte, como qualquer organização, há de se ressentir de falhas. Basicamente, contudo, os problemas que apresenta não são apenas situados na proporção em que atualmente se apresentam. Datam de seus primórdios, e dizem respeito à insuficiência de recursos humanos e financeiros. Quanto ao primeiro aspecto, vale salientar que o número de servidores em exercício é tão reduzido que, implantada a nova estrutura administrativa das Procuradorias nos Estados, não há servidores suficientes, sequer, para o preenchimento das funções de chefia. Além disso, só recentemente foram enquadrados no Plano de Classificação, e se ressentem de um melhor e mais adequado treinamento. No entanto, com respeito ao segundo aspecto, é imperativo de justiça afirmar que é problema amenizado, e os problemas dele decorrentes são consequência das dificuldades em que, sabidamente, vive a Nação, nos dias presentes. Ambos, porém, terão muito em breve o desejado equacionamento. Restaria mencionar um outro problema, mais ligado à atuação institucional. O volume de serviço, a cada dia, assume proporções avantajadas, em razão do crescimento vegetativo dos feitos, e em função da complexidade cada vez maior desses feitos, tanto na jurisdição comum quanto na esfera da jurisdição eleitoral.

A INAUGURAÇÃO — A respeito da solenidade de inauguração, o Dr. Francisco Chagas Rocha fala com entusiasmo:

— A Procuradoria da República terá vivido o seu grande momento, sem dúvida, no dia 25 de agosto último, quando da inauguração de seu edifício sede, em ato solene presidido pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, Dr. Armando Ribeiro Falcão, abrilhantado pela presença dos Exmos. Srs. Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia, Professor Henrique Fonseca de Araújo, Procurador Geral da República, Deputado Alcimar Torquato de Almeida,

Presidente da Assembléia Legislativa, Desembargador Wilson Dantas, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Professor Domingos Gomes de Lima, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelos Exmos. Srs. Oficiais Gerais Comandantes do III Distrito Naval, Contra-Almirante Arthur Ricart da Costa, e do CATRE, Brigadeiro Luiz Portilho Antony, bem assim do Coronel Luiz Hastinphilo Mestrinho, Chefe do Estado Maior do Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, na ausência, justificada, do General-de-Brigada Waldir Pereira da Rocha, pelo Dr. José Bonifácio da Silva Câmara, Chefe do Gabinete do Ministro Armando Falcão, Desembargador Olavo Maia, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Deputados Estaduais, Desembargadores, Procuradores da República nos Estados do Nordeste, Magistrados, Secretários de Estado, Federais e Estaduais, membros do Ministério Público Estadual, Professores universitários, advogados, líderes empresariais das diversas áreas, empresários, jornalistas e convidados especiais, civis e militares. De resto, foi um grande momento, se não o maior, embelezado, ainda mais, pela presença das alunas da Escola Doméstica de Natal, que se incumbiram da recepção e encaminhamento das autoridades e convidados e da parte de "buffet", num gesto muito gentil e sensibilizante da Diretoria daquela tradicional Escola, a Professora Noilde Ramalho.

ATRIBUIÇÕES — Por fim, o Dr. Francisco Chagas Rocha fez uma exposição para o RN-ECONÔMICO das atribuições da Procuradoria da República no RN, dizendo:

— O Ministério Público da União é uma instituição nacional permanente e autônoma e de representação do Estado Brasileiro junto aos Juizes e Tribunais Federais. Para o exercício de suas atribuições é necessário a existência de um Órgão Central, que é a Procuradoria Geral da República. Todavia, em função da estrutura federada da República Brasileira, e ainda em razão da especialização da justiça, integram o Ministério Público os ramos seguintes: Ministério Público Estadual, que atua junto à Justiça Comum e perante o Supremo Tribunal Federal; Ministério Público Militar, que atua junto à Justiça Militar; Ministério Público do Trabalho, que atua junto à Justiça do Trabalho; e Ministério Público Eleitoral, que atua junto à Justiça Eleitoral. O Ministério Público tem imposições e cometimentos institucionais, tais como: velar pela observância da Constituição, das leis e dos tratados, dos decretos e regulamentos legalmente expedidos pelo Poder Público, promovendo-lhe a execução;

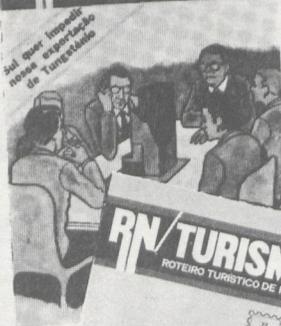


O Procurador da República no RN, Dr. Francisco Chagas Rocha

promover a repressão penal dos crimes de competência dos juizes e Tribunais Federais, exercitando a ação pública e oficiando na ação privada; representar a União Federal em juízo, e patrocinar-lhe a defesa. Em razão, pois, dessa estrutura, faz-se necessário, em cada Estado, uma Procuradoria da República. Aos Procuradores da República incumbe atuar junto à justiça federal de primeira instância e, assim, participar das audiências, com assento à direita do juiz. Produzir razões, orais e escritas, em obediência às leis processuais: Oficiar nos processos que interessam ao Ministério Público ou à defesa da União, suas autarquias e empresas públicas. Cabe, ainda, mediante designação do Procurador Geral da República, funcionar nos Conselhos Penitenciários e demais Órgãos e Comissões que a lei estabelecer. Ainda por designação do Procurador Geral da República, incumbe, também, exercer as atribuições de Procurador Regional Eleitoral, funcionando perante os Tribunais Regionais Eleitorais, com funções correspondentes às do Procurador Geral Eleitoral. Relevantes, portanto, são as funções atribuídas aos Procuradores da República, e essa relevância é que se transmite às Procuradorias da República nos Estados.

RN/ECONÔMICO

RN/ECONÔMICO



RN/TURISMO

ROTEIRO TURÍSTICO DE NATAL

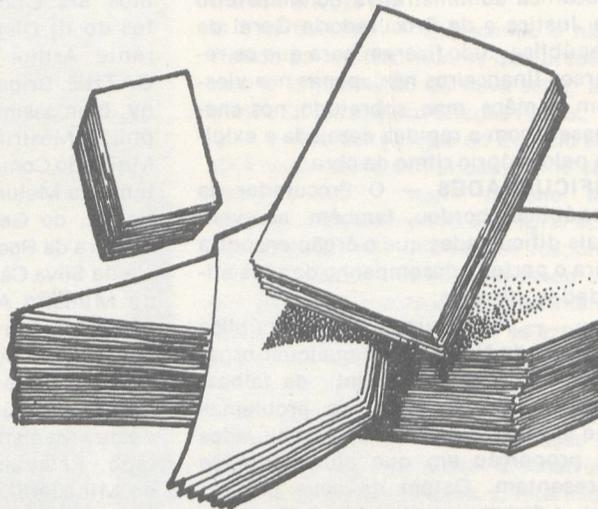
Oito anos de circulação ininterrupta ajudam a consolidar a nossa tradição no mercado editorial do Rio Grande do Norte.

RN-ECONÔMICO e RN-TURISMO são duas publicações pioneiras e únicas no Estado, atingindo um público específico, caracterizado por um alto nível de renda.

Por isso mesmo se constituem em veículos ideais para a divulgação da sua empresa. Quando for anunciar, programe estas revistas e confira os resultados.

RN-ECONÔMICO — Empresa Jornalística Ltda.
Rua Floriano Peixoto, 559 — 1º andar — Fone:
222-0806 — Natal — RN.

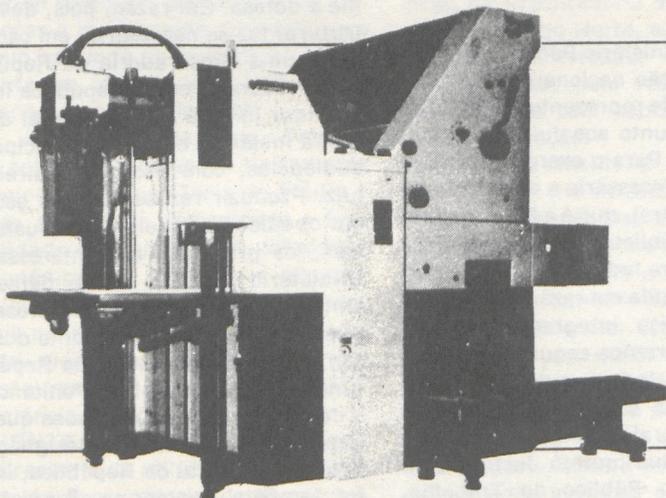
RN-DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.



O industrial gráfico, as repartições públicas, os colégios, o comércio, quando necessitavam comprar papéis finos eram obrigados a recorrer a São Paulo, Rio, Recife. Agora, Natal possui uma firma especializada nesse ramo, com estoque e variedades para atender qualquer pedido. E possui papel em resma pelo melhor preço da praça.

RN-DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.
Rua Frei Miguelinho, 42 — Fone: 222-0283 — Ribeira

RN-ECONÔMICO INDÚSTRIA GRÁFICA



Quem procura qualidade, prazo e preço já sabe que a Gráfica RN-ECONÔMICO oferece vantagens que nenhuma pode oferecer. Além do mais moderno equipamento off-set, ela também dispõe de uma completa seção de tipografia, realizando desde cartazes coloridos, livros e jornais, até simples cartões de visita. Consulte sempre a Gráfica RN-ECONÔMICO.

Rua Dr. José Gonçalves, 687
Fones: 231-1873 e 231-3576
Natal-RN

Dez anos na frente!

DIREITO A CERTIDÃO NEGATIVA

Indaga o leitor: **pode, legalmente, a Fazenda Pública negar certidão à pessoa física do gerente ou diretor de empresa, sob o argumento de responsabilidade solidária (art. 135, do CTN) por débito da pessoa jurídica, em curso de cobrança judicial com a penhora efetivada regularmente, alegando constituir o processo fiscal administrativo infração de lei?**

A resposta, data venia, é da ilegalidade absoluta de procedimento dessa natureza, o qual se ajusta ao **abuso de poder** caracterizado **“pela exorbitância da autoridade que, em concreto, na prática, se manifesta ou por excesso (diferença específica quantitativa), ou por desvio (diferença específica qualitativa)”** (in **“O abuso de poder administrativo no Brasil”**, Caio Tácito).

Com efeito, a **infração de lei**, a que se refere o artigo 135, do Código Tributário Nacional, para fixar a responsabilidade solidária de diretores ou gerentes de pessoas jurídicas de direito privado, não pode fugir ao julgamento judicial, como bem observa ALIOMAR BALEEIRO (in DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, página 379): **“A disposição não o diz, mas, pela própria natureza dela, há-de entender-se como compreensiva do julgamento tanto administrativo, quanto judicial”**.

A. A. CONTREIRAS DE CARVALHO (in **“Doutrina e Aplicação do Direito Tributário”**, página 408) ensina que **“o exercício regular do poder de polícia, como tal considerado pelo Código Tributário, é aquele desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, em se tratando de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder”**.

No caso específico, inexistente a lei discricionária, pois a expressão do art. 135 (C. T. N.) **infração de lei** não pode prescindir do direito constitucionalmente assegurado ao contribuinte (art. 153 § 4º, da Constituição Federal) de apreciação pelo Poder Judiciário de qualquer lesão de direito individual. Se existe Execução Forçada, em que é Autora a Fazenda Pública, não se configura, ainda, infração de lei, salvo quando transitada em julgado a decisão judicial. Do contrário, seria admitir-se que um auto de infração, lavrado administrativamente, fosse hierarquicamente superior à decisão prolatada pelo Poder Judiciário. Pode ocorrer que, judicialmente, o contribuinte seja absolvido da imputação, ou, ao contrário, condenado ao pagamento do imposto, multa, juros e correção monetária, em nada, portanto, sendo prejudicado o erário.

A responsabilidade pessoal do gerente ou diretor, somente nasce de atos praticados com excesso de poderes, infração de contrato social, estatutos ou lei. Quanto a última hipótese, que é o objeto da consulta, o artigo 110 do CTN recomenda que a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo

e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados expressamente pela Constituição Federal, como é o caso da apreciação pelo Poder Judiciário de lesão de direito (art. 153 § 4º) e o livre exercício do comércio (art. 153 § 23). Na medida em que a pessoa física de gerente ou diretor de empresa seja **interditada** do direito à certidão negativa de tributos, quando a pessoa jurídica garantiu a instância, através de penhora regular nos autos da Execução Forçada promovida pela Fazenda Pública, verificar-se-á **abuso de poder** com responsabilidades penais e cíveis a serem apuradas, sobretudo porque a matéria constitui Súmulas reiteradas do Supremo Tribunal Federal, como bem ressalta o aresto do Tribunal Federal de Recursos (2º T. rem. nº 77668, em 29.9.76, Amarílio Benjamin Relator, in DIREITO TRIBUTÁRIO-2, de Sérgio Luiz Monteiro Sales, página 67): **“Sanções administrativas. Dispondo a Fazenda de meios específicos para cobrar os seus créditos, não se justifica a aplicação, aos devedores, das medidas que lhes restrinjam a atividade e as relações com as próprias repartições tributárias. Critério predominante nas Súmulas 70, 323 e 547, do STF”**.

O auto de infração, julgado procedente administrativamente, não substitui a sentença de um Juiz, inexistindo, portanto, **infração de lei** que possa responsabilizar solidariamente o gerente ou diretor, antes do julgamento judicial final. Aliás, o próprio CTN, no artigo 106, II, encampa esse princípio, que além de óbvio, parece rudimentar em matéria tributária.

Conclui-se pela regra de que a **infração de lei**, no caso consultado, isto é, débito de pessoa jurídica em curso de cobrança executiva com penhora regular, consumir-se-á ou não, após a sentença transitada em julgado. Conseqüentemente, a pessoa física do gerente ou diretor não poderá ser considerada pessoalmente responsável pelos créditos tributários não definitivamente julgados, na forma do prescrito no artigo 135, III, do CTN. Entendimento contrário, fere flagrantemente direito líquido e certo, corrigido pela via do **mandamus**, além de fixar responsabilidades a serem apuradas, através de procedimento ordinário ou ação popular.

Vale lembrar que a **solidariedade** não se presume, resulta da lei ou vontade das partes (art. 896, do Código Civil). A lei, na espécie, é a Constituição (art. 153 §§ 4º e 23), garantindo a apreciação pelo Poder Judiciário de atos porventura contestados pelo contribuinte e assegurando o livre exercício do comércio. Negar a expedição da certidão negativa, na hipótese consultada, significa excluir da órbita do Poder Judiciário a possível defesa do contribuinte e interditá-lo de transacionar, além de representar coação ilegal para obter o pagamento antecipado do tributo.

JURISPRUDENCIA ATUALIZADA

* LEI DO ANO-BASE

“Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração” (Súmula do STF nº 584).

* CHEQUE PÓS-DATADO

“Cheque pós-datado existe, vale e é eficaz” (TA-S. Paulo — Ac. 15.7.75 — Ap. — 213.583 — Vol. 46 da Rev. Julg. do TASP, pág. 118).

* CERTIFICADO DO INPS

“A existência de débito em apuração ou pendente de recurso não impede seja expedido certificado de quitação ou de regularidade” (TFR REO 76.634 — DJU — de 1.6.76).

* FGTS DE DIRETOR EMPREGADO

“A contribuição para o FGTS é calculada sobre a remuneração percebida pelo empregado, nela computados os

honorários como diretor” (TFR — ap. 37.683 — DJU 7.10.76).

* CONSULTAS & SUGESTÕES devem ser enviadas ao Dr. Ney Lopes de Souza no endereço do RN-ECONÔMICO ou do Escritório de Advocacia sito à av. Rio Branco, 571 (Edifício Barão do Rio Branco) — sala 1009 — Fone: 222-1226).

rn-serviço

JUNTA COMERCIAL TERÁ SISTEMA DE COMPUTAÇÃO

Até o fim deste ano a Junta Comercial do Estado terá mais condições de oferecer um serviço de consulta mais rápido pois estará contando com um sistema de computação nos arquivos. Nesse sentido foi firmado um convênio com o Ministério da Indústria e Comércio, através do Departamento Nacional de Registro de Comércio — DNRC e que atingirá as Juntas Comerciais de todo o país. A implantação do sistema é feita em grupos compostos de três Estados e o Rio Grande do Norte está incluído no que é formado pelo Ceará e Paraíba. A Junta Comercial do RN vinha se ressentindo de condições para a realização de um trabalho mais eficaz no seu arquivo, com prejuízos para o fluxograma dos processos. Os baixos salários não motivam pessoal especializado e, embora tendo condições de reajustá-los, a Junta Comercial é impedida de fazê-lo por disposição governamental. Daí a solução ter sido o Sistema de Computação.

PRIMEIRO A FINANCEIRA. SÓ DEPOIS VEM A LOJA

Os comerciantes de Natal devem estar preparados para a próxima novidade: o desligamento funcional do cadastramento dos clientes para a compra nas lojas. A providência em estudo é no sentido de o cliente realizar o seu cadastro primeiramente na financeira e, depois, de posse do carnê dirigir-se a loja onde pretende comprar. Os especialistas já opinaram e acham que a medida vai acirrar a concorrência entre as lojas que terão de disputar os possuidores dos carnês. E em Natal, onde a concorrência é grande, é possível que muita loja tenha de mudar a estratégia.

ISS: TERMINOU O PRAZO DA SEGUNDA PARCELA

No último dia 30 de setembro terminou o prazo para pagamento da segunda parcela do ISS, referente a este ano. Só em março é que será cobrada a primeira parcela referente ao ano de 1978. A média diária de inscrições no ISS é de 20 por dia, com cerca de 600 por mês e, no momento, é o tributo que proporciona mais arrecadação à Prefeitura, com excelente crescimento do seu índice vegetativo. Por sua vez, será concluído em novembro o levantamento de impostos para distribuição dos carnês do IPTU. Quem efetuar o pagamento em uma só vez tem direito a abatimento de 24 por cento.

AS OPORTUNIDADES PARA O AGAVE E O SISAL

Segundo os contatos mantidos na Europa pelo Coordenador da Promoexport-RN, Sr. Breno Fernandes, o mercado está excelente para os produtos elaborados em agave e sisal. Uma empresa alemã — a Joachin Decker — chegou a propor ao Sr. Breno Fernandes representação exclusiva na Europa do artesanato em sisal e agave, vez que os produtos ali existentes são originários em sua maior parte da Índia. Também há bom mercado para o setor de confecções, segundo ainda o Coordenador da Promoexport que representou o RN na ExpoBrasil-77 realizada em Colônia, Alemanha Ocidental. Cerca de 20 contatos foram efetuados para T. Barreto e Sparta. Os manequins internacionais elogiaram muito os produtos de sisal.

MAISA REALIZA SUA AG EM OUTUBRO

A Mossoró Agro-Industrial — MAISA, já convocou os seus acionistas para uma Assembléia Geral Ordinária marcada para as nove horas do próximo 22 de outubro. A reunião será realizada na sede social da Empresa, situada no KM-306, da BR-304. Em deliberação estarão: a) — relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos; b) — demonstrações financeiras; c) — parecer do Conselho Fiscal; d) — assuntos correlatos.

ESTADO DÁ INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS NO RN

Já foi transformado em Lei o decreto governamental que concede às empresas industriais privadas implantadas no Rio Grande do Norte, a título de incentivos, deduções de até 60 por cento do imposto sobre operações relativas à circulação de Mercadorias (ICM) para fins de investimento ou reinvestimento na forma de convênios interestaduais ratificados pelo Governo Estadual. De acordo com o decreto são consideradas empresas industriais passíveis dos benefícios, as seguintes: instaladas no Estado para a produção de bens industriais; as seções criadas em empresas já existentes para uma nova linha de produção; a ampliação, a recolização ou a modernização da indústria já existente. O incentivo será concedido pelo prazo de cinco anos, respeitada a data limite de 31 de dezembro de 1980, depois da qual o recolhimento do imposto não poderá sofrer nenhuma redução.

A CHAPA PARA SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA

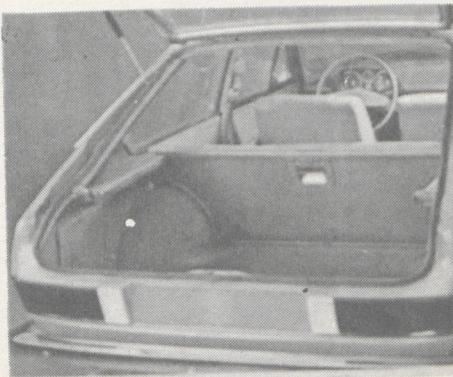
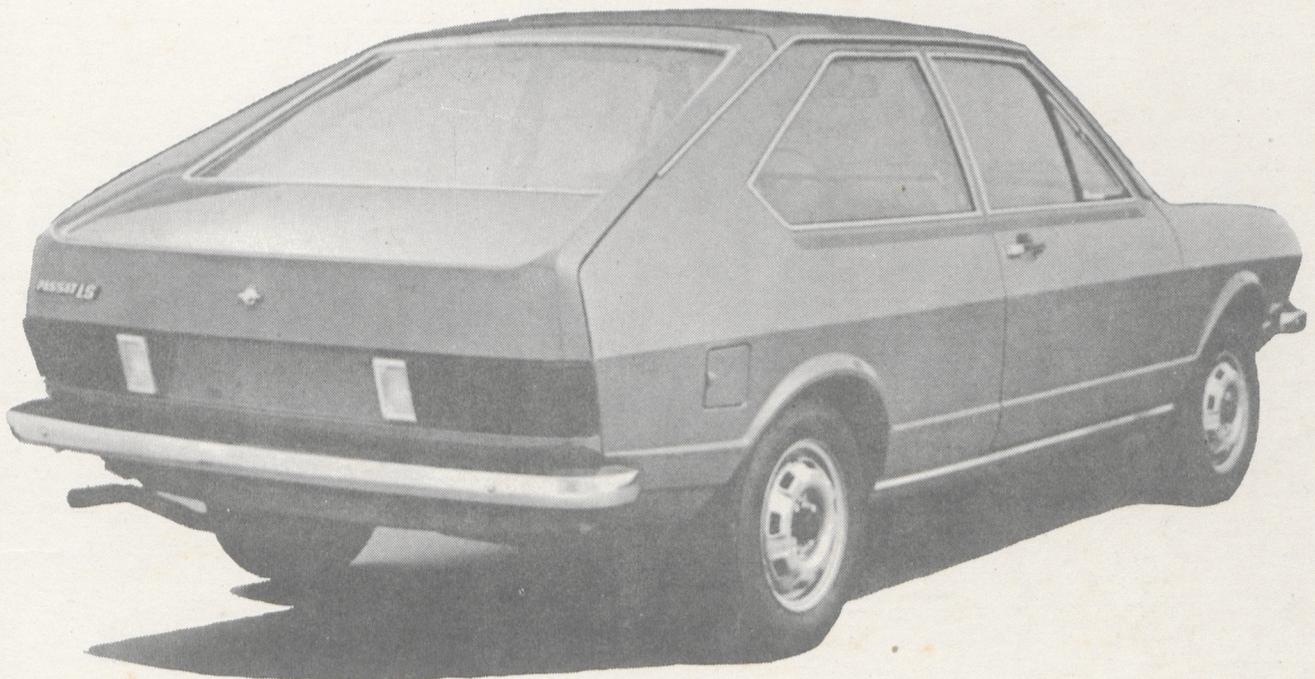
As chapas concorrentes para as eleições do Sindicato do Comércio Varejista do Rio Grande do Norte estão assim constituídas, conforme o registro já aprovado de acordo com as normas legais: Para Diretoria: José Marcílio Furtado, João Olímpio Filho e Habib Chalita (efetivos), Aderbal Soares Costa, José Resende Filho e João Fernandes Costa (suplentes); Para Conselho Fiscal — Eustáquio Alves de Medeiros, Ariosvaldo Milton de Goes e Roberto Elias da Câmara Moura (efetivos), Cleto de Freitas Barreto, Raimundo Curioso da Silva e Manoel Dantas de Araújo (suplentes). Para delegados representantes junto à Federação do Comércio RN: José Marcelo Furtado e Reginaldo Teófilo da Silva (efetivos), João Olímpio Filho e Airton Soares Costa (suplentes).

JÁ APROVADO REGULAMENTO DO FUNDO DE MINÉRIOS

Foi aprovado em setembro o regulamento que dispõe sobre o Fundo de Minérios do Rio Grande do Norte — FUNDEMINAS, criado em dezembro de 1975. O órgão terá como fonte de recursos para suas atividades a cota do Imposto Único sobre Minérios que couber ao Estado e que lhe será transferida pelo Fundo de Desenvolvimento Social: outras transferências do FDCS; créditos orçamentários e adicionais consignados no Orçamento Geral do Estado e em leis especiais; subvenções diversas. Entre as finalidades do Fundeminas estão: custeio de estudos e projetos minerais de interesse do Poder Público; financiamento à elaboração de estudos e projetos à modernização, ampliação ou implantação de empreendimentos voltados para a exploração de recursos minerais; financiamento à elaboração de estudos e projetos e à realização de pesquisas e prospecções minerais do interesse da iniciativa privada e custeio e financiamentos de estudos e projetos que interessem ao setor.

SECRETARIA ALERTA PARA LOTES DE IGAPÓ

A Secretaria de Finanças alertou para a situação dos lotes existentes em Igapó, pois muitos não têm a sua situação devidamente regularizada. Deste modo, empresários que quiserem implantar suas indústrias naquela área devem cercar-se de todo cuidado, verificando antes a situação exata do terreno, do ponto de vista legal.



Passat. Tudo o que você espera de um carro para o nosso tempo.

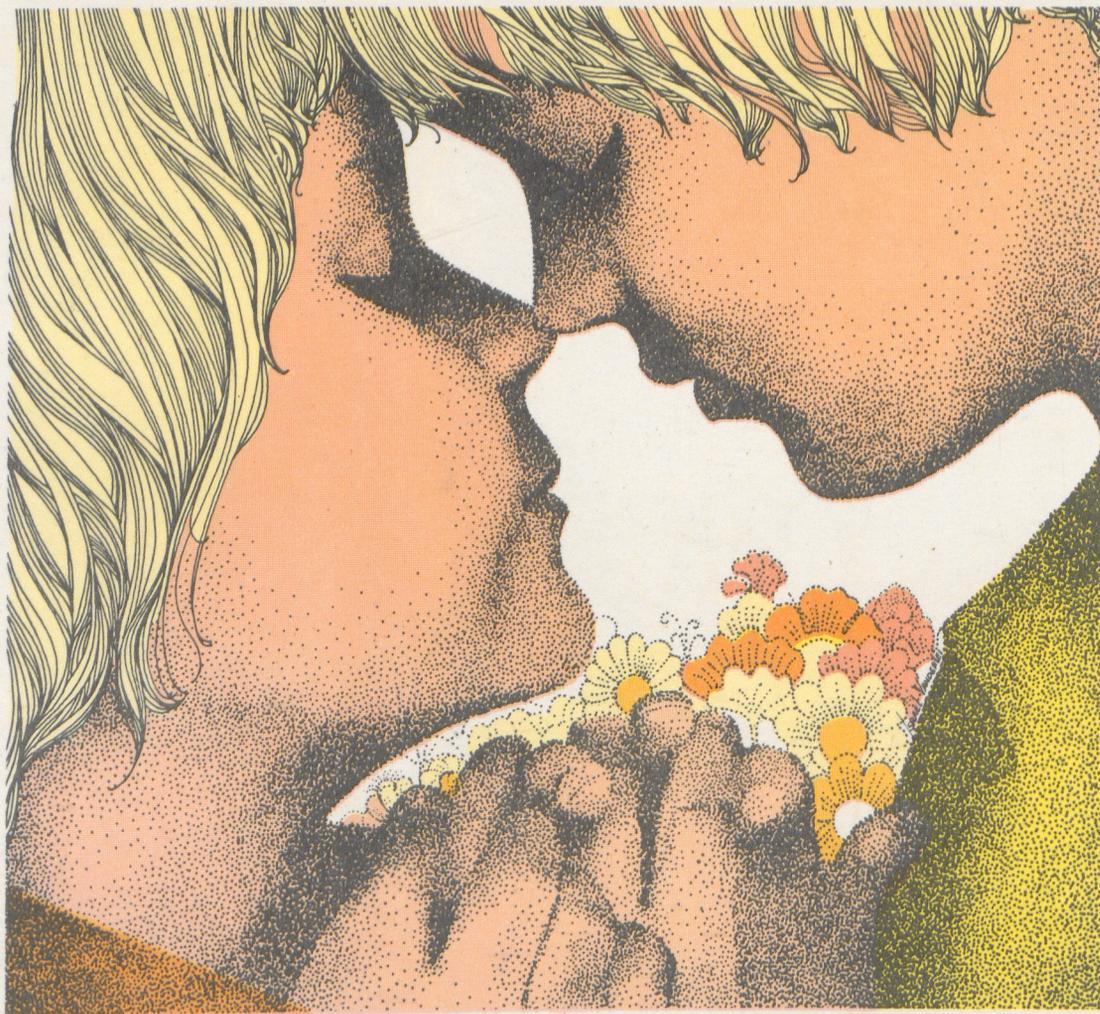
Revendedores autorizados:

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159



**DIST. DE AUTOMÓVEIS
SERIDÓ S/A**
Av. Salgado Filho, 1669

**poupe gasolina.
poupe energia.
poupe divisas.
poupe tempo e dinheiro.
mas não poupe amor.**



caderneta de poupança Banorte

agora também em Mossoró
